

RELATÓRIO DE CONTROLES
INTERNOS
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 19 da Resolução do CGPC nº.
13/2004



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

2º SEMESTRE DE 2021

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. INVESTIMENTOS: ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DE RECURSOS E RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS	4
1. DADOS DA GESTÃO DE RECURSOS:	4
2. ENQUADRAMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 EM 31/12/2021.....	4
2.1. ALOCAÇÃO POR SEGMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021 – PLANO CV (CELGPREV)	5
2.2. ALOCAÇÃO POR SEGMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 EM 31/12/2021 – PLANO BD (ELETRA)	9
2.3. ALOCAÇÃO POR SEGMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 EM 31/12/2021 – PLANO ADM (PGA).....	13
3. RENTABILIDADES ACUMULADAS NO 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021	15
4. AVALIAÇÃO DOS RISCOS NO 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021	25
4.1. RISCO DE CRÉDITO/CONTRAPARTE.....	25
4.2. VaR – VALOR EM RISCO - RISCO DE MERCADO	28
4.3. LIQUIDEZ.	30
5. CUSTOS ACUMULADOS DA GESTÃO 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021.	31
6. CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021:.....	34
6.1. CONTRATOS VIGENTES.....	34
6.2. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	34
6.3. FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.	34
7. RETORNO ECONÔMICO DO SEGMENTO DE IMÓVEIS EM 2021- EM 31/12/2021.	36
8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – SALDO EM 31/12/2021.	36
9. COMENTÁRIOS GERAIS:	37
10. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO INVESTIMENTOS.....	38
11. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS E O RESULTADO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS NO 2º SEMESTRE DE 2021.	39
III. ATUARIAL: ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES E RESULTADO DOS PLANOS:	40
1. MASSA ABRANGIDA E BENEFÍCIOS PAGOS POSIÇÃO – 31/12/2021.....	40
2. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS.....	44
2.1. ATIVO LÍQUIDO NO 2º SEMESTRE DE 2021.....	44
2.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO CONTÁBIL DE SOLVÊNCIA NO 2º SEMESTRE DE 2021.....	48
2.3. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ACUMULADOS DOS PLANOS NO 2º SEMESTRE DE 2021.	49
2.4. FLUXO OPERACIONAL PREVIDENCIAL NO 2º SEMESTRE DE 2021.....	50
2.5 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021	50
3. EVOLUÇÃO DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS.....	50
4. RISCO ATUARIAL	55
5. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO ATUARIAL.....	59
6. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS E RESULTADOS DOS PLANOS NO 2º SEMESTRE DE 2021.....	60
IV. ORÇAMENTO: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	61
1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO NO 2º SEMESTRE DE 2021	61
2. COMENTÁRIOS GERAIS:.....	65
3. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO ORÇAMENTO.....	65
4. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º SEMESTRE DE 2021.....	66
V. PGA: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	67
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA:.....	67
1. ATIVO LÍQUIDO DO PGA NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.	67
2. FONTE E USO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.....	67
3. DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.....	68
4. LIMITE TETO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O PGA NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.	73
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.	74
6. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO PGA.....	74
7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RESULTADOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) NO 2º SEMESTRE DE 2021.....	75
VI. TEMAS CORRELACIONADOS:.....	76
1. ATENDIMENTO AS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS DO 1º SEMESTRE DE 2021. (INCISO III, DO ART. 19 DA RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 13/2004).	76
2. CERTIFICAÇÕES DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS – ART. 8º DA RESOLUÇÃO DO CNPC Nº 39 DE 2021. POSIÇÃO EM 31/12/2021: ..	76
3. GESTÃO BASEADA EM RISCOS	77
4. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO TEMAS CORRELACIONADOS.....	85

I. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Controles Internos (RCI) tem por finalidade atender às Resoluções MPS/CGPC 13/2004, art. 19 e 29/2009 e art. 12.

A norma supra não estabeleceu um modelo de relatório, seja quanto à forma ou ao seu conteúdo.

Diante à ausência de um modelo, este Colegiado adotou modelo, com característica de um Relatório Circunstanciado de Compliance.

Foram estabelecidos capítulos, segregando-os os temas, e tendo por base a Matriz de Compliance, que foi alocada ao final de cada capítulo:

- I – Investimentos;
- II - Atuarial;
- III – Orçamento;
- IV – PGA;
- V – Temas Correlacionados.

Nos capítulos são evidenciados os pontos de exames, por meio de demonstrativos e tabelas, com base nas informações disponibilizadas, denominada de “documentação suporte”, onde apresentamos, também, nossos comentários quanto às análises e exames efetuados.

Conforme estabelece a Resolução MPS/CGPC 13, art. 19, III, após a emissão do RCI, os apontamentos e recomendações são registrados em uma Matriz de Providências, com base nos exames efetuados considerando as deficiências de informações dos controles internos caracterizadas pelas seguintes desconformidades:

- Normativas;
- Melhores Práticas;
- Ausência de Informações.

E para o cumprimento ao Parágrafo Único as recomendações são levadas em tempo hábil ao Conselho Deliberativo, órgão máximo da Entidade, responsável pelo prosseguimento do ciclo do RCI – Relatório de Controles Internos, determinando a Diretoria às adoções das providências requeridas pelo Conselho Fiscal, no prazo fixado por este.

II. INVESTIMENTOS: ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DE RECURSOS E RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS E PGA.

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal com base na documentação disponibilizada pela ELETRA, avaliou o resultado da Política de Investimentos dos Planos BD (ELETRA), CV (CELGPREV) e do PGA, referente ao **2º semestre de 2021:**

1. DADOS DA GESTÃO DE RECURSOS:

a) Administradores Estatutários Qualificados em 31/12/2021:

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Diretor de Benefícios – Senhor Luiz Humberto Urzedo de Queiroz.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Diretor Administrativo-Financeiro – Senhor Leonardo Dias Baptista Gomes.

Administrador responsável pela Gestão de Riscos: Presidente – Senhor David Augusto de Abreu.

b) Custodiante: Banco ITAÚ;

c) Controladoria/Consolidação: Banco ITAÚ;

d) Sistemas de Riscos: ADITUS.

e) Portfólio Consolidado em 31/12/2021:

Instituição	Tipo	Segmento	dez/21	Part.
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			R\$ 467.994.779	62,62%
Fundos de Renda Fixa		Renda Fixa	R\$ 249.012.493	33,32%
Fundos de Invest.Dir.Creditórios - FIDC		Renda Fixa	R\$ 868.544	0,12%
Fundos de Participação		Estruturados	R\$ 12.341.883	1,65%
Fundos Multimercados		Estruturados	R\$ 111.737.500	14,95%
Fundos de Renda Variável		Renda Variável	R\$ 94.034.359	12,58%
CARTEIRA PRÓPRIA			R\$ 279.416.264	37,38%
ELETRA	NTNs	Renda Fixa	R\$ 260.199.933	34,81%
ELETRA	Outros TPF	Renda Fixa	R\$ 1.081.943	0,14%
ELETRA	Debentures	Renda Variável	R\$ 1.085.730,81	0,15%
ELETRA		Imóveis(*)	R\$ 12.137.464	1,62%
ELETRA		Empréstimos	R\$ 4.911.193	0,66%
INVESTIMENTOS BRUTO			R\$ 747.411.043	100,00%

Fonte Balancete Consolidado Dez/21

(*) Fundos Imobiliários registrados em Imóveis

Comentários:

- Observamos que os investimentos consolidados da entidade estão em sua maioria em Fundos de Investimentos com o percentual de **62,62%**, e em carteira própria, com o percentual de **37,38%**.
- Consta também, contabilizado indevidamente como Imóveis os Fundos Imobiliários, em dissonância com a IN/PREVIC nº 31/2020. Essa situação, somente se aplica no enquadramento e nas alocações dos investimentos em consonância com a Resolução do CMN nº 4.661/2018, e não para fins de registros contábeis.
- Justificativa da Entidade:** Situação regularizada no Balancete de Maio/2022, conforme apresentado na documentação suporte disponibilizada pela Eletra, anexo ao presente Relatório.

2. ENQUADRAMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 EM 31/12/2021.

2.1. ALOCAÇÃO POR SEGMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021 – PLANO CV (CELGPREV)

SEGMENTO - CV	ALOCAÇÃO ATUAL (out/20)	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
				INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	66,09%	100,0%	64,45%	45,0%	100,0%
Renda Variável	12,94%	70,0%	14,76%	0,0%	20,0%
Investimentos Estruturados	17,04%	20,0%	16,94%	0,0%	20,0%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,0%	0,44%	0,0%	5,0%
Imobiliário	2,64%	20,0%	2,22%	0,0%	7,0%
Operações com Participantes	1,25%	15,0%	1,19%	0,0%	3,0%

Fonte: Política de Investimentos do Plano



RELATÓRIO DE COMPLIANCE - RES. CMN Nº 4.661

ELETRA - ELETRA PLANO CV

Data-Base: 31-dez-21

O Relatório de Compliance tem como objetivo verificar a aderência dos investimentos do plano às diretrizes de aplicações estabelecidas pela Política de Investimentos vigente e pela Resolução CMN Nº 4.661 e suas alterações posteriores. As análises apresentadas são baseadas em dados contábeis e valores retirados dos arquivos XMLs de fundos e carteiras recebidos pela Aditus e demais informações encaminhadas pela própria EFPC.

Limites de Alocação e Concentração

Essa seção aborda os limites de alocação e de concentração estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do plano.

Segmentos de Aplicação	Posição Atual		Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
	R\$	%				
Renda Fixa	452.285.222,94	67,63%	100,00%	45,00%	100,00%	OK
Renda Variável	88.292.630,94	13,20%	70,00%	0,00%	20,00%	OK
Estruturado	110.786.659,25	16,57%	20,00%	0,00%	20,00%	OK
Imobiliário	12.931.400,38	1,93%	20,00%	0,00%	7,00%	OK
Operações com Participantes	4.476.960,27	0,67%	15,00%	0,00%	3,00%	OK
Exterior	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	5,00%	OK
Total de Recursos Garantidores	668.772.873,78	100,00%				

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Fixa (Art. 21)				
Total dos recursos em (Inciso I):	54,28%	100,00%	100,00%	OK
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	54,28%	-	100,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	100,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	12,66%	80,00%	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	7,38%	-	80,00%	OK
CDBs, RDBs, LFs, LHS, LCIs e LCAs	7,38%	-	80,00%	OK
DPGEs	0,00%	-	80,00%	OK
Poupança	0,00%	-	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	5,29%	-	80,00%	OK
LHS, LCIs e LCAs	0,00%	-	80,00%	OK
Debêntures	4,89%	-	80,00%	OK
NCEs e CCEs	0,00%	-	80,00%	OK
Notas Promissórias	0,40%	-	80,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	80,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso III):	0,54%	20,00%	20,00%	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	0,00%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	20,00%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	0,00%	OK
LHS, LCIs e LCAs	0,00%	-	0,00%	OK
Notas Promissórias	0,00%	-	0,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0,00%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	0,54%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,54%	-	20,00%	OK
CCBs e CCCBs	0,00%	-	0,00%	OK
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	0,00%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	20,00%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	13,21%	80,00%	80,00%	OK
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-
Caixa e Disponível	2,74%	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-2,93%	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,33%	-	-	-

ELETRA - ELETRA PLANO CV

Data-Base: 31-dez-21

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Variável (Art. 22)				
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial (Inciso I)	10,13%	70,00%	20,00%	OK
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial (Inciso II)	3,07%	50,00%	20,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III (Inciso III)	0,00%	10,00%	0,00%	OK
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	0,00%	OK
Opções	0,00%	-	-	-
Estruturado (Art. 23)				
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	1,48%	15,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	15,06%	15,00%	15,00%	DESENQ
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	0,00%	OK
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	10,00%	OK
Imobiliário (Art. 24)				
Total dos recursos em:	1,93%	20,00%	7,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	1,45%	-	5,00%	OK
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,48%	-	2,00%	OK
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	2,00%	OK
Imóveis*	0,00%	-	-	-
Exterior (Art. 26)				
Total dos recursos em:	0,00%	10,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos de índice do exterior (Inciso II)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 87% (Inciso III)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso IV)	0,00%	-	5,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I (Inciso V)	0,00%	-	0,00%	OK
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" (Inciso VI)	0,00%	-	0,00%	OK
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso VII)	0,00%	-	5,00%	OK
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	-

* Art. 37, § 5º: A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Limites de Alocação por plano	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 27)				
Tesouro Nacional (Inciso I)	54,28%	100,00%	100,00%	OK
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II)	2,37%	20,00%	20,00%	OK
Demais emissores (Inciso III)	10,11%	10,00%	10,00%	DESENQ

ELETRA - ELETRA PLANO CV

Data-Base: 31-dez-21

Limites de Concentração	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 28)				
PL de uma mesma inst. financ. e coop. de crédito autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	0,28%	25,00%	25,00%	OK
FIDC ou FICFIDC* (Inciso II, alínea b)	5,84%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento em cotas de índice de renda fixa (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados*, FIP** (Inciso II, alínea d)	5,44%	25,00%	25,00%	OK
FII e FICFII* (Inciso II, alínea e)	22,82%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil* (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no Brasil com o sufixo "Investimento no Exterior*" (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo local com ativos financeiros no exterior* (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Demais emissores (Inciso II, alínea g)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com regime fiduciário (Inciso III)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o Inciso III do art. 28 (Inciso IV, alínea a)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso IV, alínea b)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Mesma série de títulos ou valores mobiliários (§ 1º)	1,54%	25,00%	25,00%	OK
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta (§ 5º)	0,14%	25,00%	25,00%	OK

§ 2º O limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do Inciso II do caput

* não se aplica o limite de 25% ao FIC-FI, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

** não se aplica o limite de 25% ao FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

Derivativos

Essa seção aborda o enquadramento em relação ao Art. 30 da Resolução CMN N° 4.661, que delimita os depósitos de margem para futuros e o prêmio pago em opções. São apresentados somente os fundos com alocação direta, e os fundos classificados no segmento estruturado e exterior, por serem considerados como ativos finais para fins de enquadramento, não estão sujeitos a esses limites.

Veículo de Investimento	Depósito de Margem*	Prêmio Opções		Status
	%	%	Limite	
ELETRA PLANO CV	1,18%	0,12%	5,00%	OK
ELETRA PLANO CV CARTEIRA PROPRIA IMOBILIARIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
ELETRA PLANO CV CARTEIRA PROPRIA RF	0,00%	0,00%	5,00%	OK
EQUITAS SELECTION INST FC FIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
FI RF CRED PRIV PORTFOLIO MASTER I	0,00%	0,00%	5,00%	OK
GOYAZES FI MULT	3,18%	0,40%	5,00%	OK
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	1,45%	0,00%	5,00%	OK
MOAT CAPITAL FIC FIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
OCCAM INST FC FI MULT II	0,00%	0,00%	5,00%	OK

* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/gestor do fundo.

Vedações

Essa seção aborda o enquadramento em relação às vedações estabelecidas no Art. 36 da Resolução CMN nº 4.661 e em suas alterações posteriores.

Vedações	Status
Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Inciso I)	-
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) ¹	OK
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) ²	OK
Operações day-trade (Inciso VIII) ³	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) ⁴	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN nº 4.661 e alterações posteriores	OK

¹ Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.661 e alterações posteriores;

² Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento;

³ Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos;

⁴ Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML para resultado final da operação.

Fonte: RC ADITUS.



RELATÓRIO DE COMPLIANCE - RES. CMN Nº 4.661

Desenquadramentos, Alertas e Observações

Desenquadramento 1: No fechamento de dezembro, o plano CV possuía 15,09% alocados diretamente no subsegmento cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Art. 23, Inciso I, alínea b: "A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% no segmento de renda estruturado, e adicionalmente os seguintes limites: respeitado o limite máximo de que trata o caput, até 15% dos recursos do plano em cada um dos seguintes ativos financeiros: cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM)".

Desenquadramento 2: No fechamento de dezembro, o plano CV possuía 10,11% do total de recursos alocados no fundo ABSOLUTE VERTEX II FC FI MULT, em desconformidade com a Resolução CMN 4.661, Art 27, Inciso III: "A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano por ela administrada, os seguintes limites de alocação por emissor: até 10% (dez por cento) nos demais emissores".

- **Comentários:**
- Verificamos que não ocorreram desenquadramentos em relação aos limites globais dos segmentos da Política de Investimentos e da Resolução CMN nº 4.661/2018
- Entretanto, ocorreram desenquadramentos conforme indicado acima no Relatório de Compliance da ADITUS, com relação aos limites de diversificações e concentrações.
- Conforme informado pela Entidade no Relatório Circunstanciado (anexo à documentação suporte), trata-se de desenquadramento passivo, conforme inciso I, do art.35 da Resolução do CMN nº 4.661/2018.

2.2. ALOCAÇÃO POR SEGMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 EM 31/12/2021 – PLANO BD (ELETRA).

PLANO BD					
SEGMENTO	ALOCAÇÃO ATUAL (out/20)	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
				INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	71,4%	100%	65,11%	45,0%	100,0%
Renda Variável	6,7%	70%	10,09%	0%	15,0%
Estruturado	17,9%	20%	18,90%	0%	20,0%
Imobiliário	2,9%	20%	2,72%	0%	7,0%
Operações com Participantes	1,1%	15%	1,20%	0%	3,0%
Exterior	0,0%	10%	1,97%	0%	5,0%

Fonte: Política de Investimentos do Plano



ELETRA - ELETRA PLANO BD

Data-Base: 31-dez-21

O Relatório de Compliance tem como objetivo verificar a aderência dos investimentos do plano às diretrizes de aplicações estabelecidas pela Política de Investimentos vigente e pela Resolução CMN Nº 4.661 e suas alterações posteriores. As análises apresentadas são baseadas em dados contábeis e valores retirados dos arquivos XMLs de fundos e carteiras recebidos pela Aditus e demais informações encaminhadas pela própria EFPC.

Limites de Alocação e Concentração

Essa seção aborda os limites de alocação e de concentração estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do plano.

Segmentos de Aplicação	Posição Atual		Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
	R\$	%				
Renda Fixa	49.420.589,65	69,13%	100,00%	45,00%	100,00%	OK
Renda Variável	5.393.035,19	7,54%	70,00%	0,00%	15,00%	OK
Estruturado	14.351.446,75	20,08%	20,00%	0,00%	20,00%	DESENO
Imobiliário	1.885.353,85	2,64%	20,00%	0,00%	7,00%	OK
Operações com Participantes	434.233,04	0,61%	15,00%	0,00%	3,00%	OK
Exterior	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	5,00%	OK
Total de Recursos Garantidores	71.484.658,49	100,00%				

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Fixa (Art. 21)				
Total dos recursos em (Inciso I):	60,73%	100,00%	100,00%	OK
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	60,73%	-	100,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	100,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	7,64%	80,00%	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	4,58%	-	80,00%	OK
CDBs, RDBs, LFs, LHS, LCIs e LCAs	4,58%	-	80,00%	OK
DPGEs	0,00%	-	80,00%	OK
Poupança	0,00%	-	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	3,06%	-	80,00%	OK
LHS, LCIs e LCAs	0,00%	-	80,00%	OK
Debêntures	2,83%	-	80,00%	OK
NCEs e CCEs	0,00%	-	80,00%	OK
Notas Promissórias	0,23%	-	80,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	80,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso III):	0,33%	20,00%	20,00%	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	0,00%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	20,00%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	0,00%	OK
LHS, LCIs e LCAs	0,00%	-	0,00%	OK
Notas Promissórias	0,00%	-	0,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0,00%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	0,33%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,33%	-	20,00%	OK
CCBs e CCCBs	0,00%	-	0,00%	OK
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	0,00%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	20,00%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	7,98%	80,00%	80,00%	OK
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-
Caixa e Disponível	0,02%	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,03%	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,43%	-	-	-

ELETRA - ELETRA PLANO BD

Data-Base: 31-dez-21

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Variável (Art. 22)				
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial (Inciso I)	5,67%	70,00%	15,00%	OK
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial (Inciso II)	1,87%	50,00%	15,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III (Inciso III)	0,00%	10,00%	5,00%	OK
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	0,00%	OK
Opções	0,00%	-	-	-
Estruturado (Art. 23)				
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	4,94%	15,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	15,13%	15,00%	15,00%	DESENQ
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	0,00%	OK
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	10,00%	OK
Imobiliário (Art. 24)				
Total dos recursos em:	2,64%	20,00%	7,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	2,42%	-	5,00%	OK
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,22%	-	2,00%	OK
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	2,00%	OK
Imóveis*	0,00%	-	-	-
Exterior (Art. 26)				
Total dos recursos em:	0,00%	10,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos de índice do exterior (Inciso II)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 87% (Inciso III)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso IV)	0,00%	-	5,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I (Inciso V)	0,00%	-	5,00%	OK
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" (Inciso V)	0,00%	-	5,00%	OK
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso VI)	0,00%	-	5,00%	OK
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	-

* Art. 37, § 5º. A EFPPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Limites de Alocação por plano	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 27)				
Tesouro Nacional (Inciso I)	60,73%	100,00%	100,00%	OK
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II)	1,51%	20,00%	20,00%	OK
Demais emissores (Inciso III)	9,39%	10,00%	10,00%	OK

Limites de Concentração	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 28)				
PL de uma mesma inst. financ. e coop. de crédito autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	0,02%	25,00%	25,00%	OK
FIDC ou FICFIDC* (Inciso II, alínea b)	1,40%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento em cotas de índice de renda fixa (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados*, FIP** (Inciso II, alínea d)	1,56%	25,00%	25,00%	OK
FII e FICFII* (Inciso II, alínea e)	0,59%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil* (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no Brasil com o sufixo "Investimento no Exterior**" (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo local com ativos financeiros no exterior* (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	0,00%	OK
Demais emissores (Inciso II, alínea g)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com regime fiduciário (Inciso III)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o Inciso III do art. 28 (Inciso IV, alínea a)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso IV, alínea b)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Mesma série de títulos ou valores mobiliários (§ 1º)	0,05%	25,00%	25,00%	OK
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta (§ 5º)	0,01%	25,00%	25,00%	OK

§ 2º O limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do Inciso II do caput.

* não se aplica o limite de 25% ao FIC-FI, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

** não se aplica o limite de 25% ao FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

Derivativos

Essa seção aborda o enquadramento em relação ao Art. 30 da Resolução CMN N° 4.661, que delimita os depósitos de margem para futuros e o prêmio pago em opções. São apresentados somente os fundos com alocação direta, e os fundos classificados no segmento estruturado e exterior, por serem considerados como ativos finais para fins de enquadramento, não estão sujeitos a esses limites.

Veículo de Investimento	Depósito de Margem*	Prêmio Opções		Status
	%	%	Limite	
ELETRA PLANO BD	0,72%	0,07%	5,00%	OK
ELETRA PLANO BD CARTEIRA PROPRIA RF	0,00%	0,00%	5,00%	OK
EQUITAS SELECTION INST FC FIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
GOYAZES FI MULT	3,16%	0,40%	5,00%	OK
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	1,45%	0,09%	5,00%	OK
MOAT CAPITAL FIC FIA	0,00%	0,00%	5,00%	OK
OCCAM INST FC FI MULT II	0,00%	0,00%	5,00%	OK

* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/gestor do fundo.

Vedações

Essa seção aborda o enquadramento em relação às vedações estabelecidas no Art. 36 da Resolução CMN n° 4.661 e em suas alterações posteriores.

Vedações	Status
Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Inciso I)	-
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) ¹	OK
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) ²	OK
Operações day-trade (Inciso VIII) ³	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) ⁴	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN n° 4.661 e alterações posteriores	OK

¹ Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN n° 4.661 e alterações posteriores;

² Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento;

³ Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos;

⁴ Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML, para resultado final da operação.

Fonte: RC ADITUS.



RELATÓRIO DE COMPLIANCE - RES. CMN Nº 4.661

ELETRA - ELETRA PLANO BD

Data-Base: 31-dez-21

Desenquadramentos, Alertas e Observações

Desenquadramento 1: No fechamento de dezembro, o plano BD possuía 20,08% alocados diretamente no segmento Estruturado, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Art. 23: A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% no segmento de renda estruturado".

Desenquadramento 2: No fechamento de dezembro, o plano BD possuía 15,13% alocados diretamente no subsegmento cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Art. 23, Inciso I, alínea b: "A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% no segmento de renda estruturado, e adicionalmente os seguintes limites: respeitado o limite máximo de que trata o caput, até 15% dos recursos do plano em cada um dos seguintes ativos financeiros: cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM)".

- **Comentários:**
- Verificamos que ocorreu desenquadramento em relação ao limite global do segmento de estruturado em relação ao limite da Política de Investimentos e ao limite da Resolução CMN nº 4.661/2018
- Ocorreram, também, desenquadramentos conforme indicado acima no Relatório de Compliance da ADITUS, com relação aos limites de diversificações e concentrações.
- Conforme informado pela Entidade, trata-se de desenquadramento passivo, conforme inciso I, do art.35 da Resolução do CMN nº 4.661/2018.
- **Justificativa da Entidade:** O desenquadramento passivo foi devidamente regularizado em 09 de junho de 2022, dentro do prazo de 02 anos, com o resgate parcial de cotas do FUNDO ABSOLUTE VERTEX II FIC FIM realizado em 10 de maio de 2022. Dada a data da operação que regularizou tal situação e visto que os relatórios da ADITUS (rodados após o fechamento), encaminhamos ata do CCI que trata do tema, assim como planilha de controle interno de acompanhamento dos enquadramentos atualizada até 20/06/2022.
- **Conforme apresentado na documentação suporte disponibilizada pela Eletra, anexo ao presente Relatório.**

2.3. ALOCAÇÃO POR SEGMENTOS - 2º SEMESTRE DE 2021 EM 31/12/2021 – PLANO ADM (PGA).



RELATÓRIO DE COMPLIANCE - RES. CMN Nº 4.661

ELETRA - ELETRA PGA

Data-Base: 31-dez-21

O Relatório de Compliance tem como objetivo verificar a aderência dos investimentos do plano às diretrizes de aplicações estabelecidas pela Política de Investimentos vigente e pela Resolução CMN Nº 4.661 e suas alterações posteriores. As análises apresentadas são baseadas em dados contábeis e valores retirados dos arquivos XMLs de fundos e carteiras recebidos pela Aditus e demais informações encaminhadas pela própria EFPC.

Limites de Alocação e Concentração

Essa seção aborda os limites de alocação e de concentração estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do plano.

Segmentos de Aplicação	Posição Atual		Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
	R\$	%				
Renda Fixa	7.169.304,08	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	OK
Renda Variável	0,00	0,00%	70,00%	0,00%	0,00%	OK
Estruturado	0,00	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	OK
Imobiliário	0,00	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	OK
Operações com Participantes	0,00	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	OK
Exterior	0,00	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	OK
Total de Recursos Garantidores	7.169.304,08	100,00%				

Subcategorias de Alocação	% Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Renda Fixa (Art. 21)				
Total dos recursos em (Inciso I):	71,03%	100,00%	100,00%	OK
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	71,03%	-	100,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	0,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	16,56%	80,00%	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	13,61%	-	80,00%	OK
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	13,61%	-	80,00%	OK
DPGEs	0,00%	-	80,00%	OK
Poupança	0,00%	-	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	2,95%	-	80,00%	OK
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	-	80,00%	OK
Debêntures	2,95%	-	80,00%	OK
NCEs e CCEs	0,00%	-	80,00%	OK
Notas Promissórias	0,00%	-	80,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	0,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso III):	0,00%	20,00%	20,00%	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	20,00%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	0,00%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	0,00%	OK
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	-	0,00%	OK
Notas Promissórias	0,00%	-	0,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0,00%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	0,00%	-	20,00%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,00%	-	20,00%	OK
CCBs e CCCBs	0,00%	-	0,00%	OK
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	20,00%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	20,00%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	16,56%	80,00%	80,00%	OK
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-
Caixa e Disponível	0,24%	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,04%	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	12,21%	-	-	-

ELETRA - ELETRA PGA

Data-Base: 31-dez-21

Limites de Concentração	Maior Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
Emissores (Art. 28)				
PL de uma mesma inst. financ. e coop. de crédito autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
FIDC ou FICFIDC* (Inciso II, alínea b)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento em cotas de índice de renda fixa (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (Inciso II, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados*, FIP** (Inciso II, alínea d)	0,00%	25,00%	0,00%	OK
FII e FICFII* (Inciso II, alínea e)	0,00%	25,00%	0,00%	OK
Fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil* (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no Brasil com o sufixo "Investimento no Exterior**" (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	0,00%	OK
Fundo local com ativos financeiros no exterior* (Inciso II, alínea f)	0,00%	25,00%	0,00%	OK
Demais emissores (Inciso II, alínea g)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com regime fiduciário (Inciso III)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o Inciso III do art. 28 (Inciso IV, alínea a)	0,00%	15,00%	0,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso IV, alínea b)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Mesma série de títulos ou valores mobiliários (§ 1º)	0,01%	25,00%	25,00%	OK
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta (§ 5º)	0,00%	25,00%	25,00%	OK

§ 2º O limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do Inciso II do caput.

* não se aplica o limite de 25% ao FIDC-FI, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

** não se aplica o limite de 25% ao FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites do art. 28.

Derivativos

Essa seção aborda o enquadramento em relação ao Art. 30 da Resolução CMN N° 4.661, que delimita os depósitos de margem para futuros e o prêmio pago em opções. São apresentados somente os fundos com alocação direta, e os fundos classificados no segmento estruturado e exterior, por serem considerados como ativos finais para fins de enquadramento, não estão sujeitos a esses limites.

Veículo de Investimento	Depósito de Margem*	Prêmio Opções		Status
	%	%	Limite	
ELETRA PGA	1,45%	0,09%	5,00%	OK
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	1,45%	0,09%	5,00%	OK

* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador gestor do fundo.

ELETRA - ELETRA PGA

Data-Base: 31-dez-21

Vedações

Essa seção aborda o enquadramento em relação às vedações estabelecidas no Art. 36 da Resolução CMN n° 4.661 e em suas alterações posteriores.

Vedações	Status
Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Inciso I)	-
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) *	OK
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) *	OK
Operações day-trade (Inciso VIII) *	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) *	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN n° 4.661 e alterações posteriores	OK

* Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN n° 4.661 e alterações posteriores;

* Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento;

* Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos;

* Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML, para resultado final da operação.

Fonte: RC ADITUS.

- **Comentários:** Verificamos que não ocorreram desenquadramentos em relação aos limites globais da Política de Investimentos e da Resolução do CMN n° 4.661/2018. Assim como, nos limites das diversificações e das concentrações.

3. RENTABILIDADES ACUMULADAS NO 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021.

- Políticas de Investimentos (metas e índices de referência):

- PLANO CV:

PLANO DE BENEFÍCIO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA
CV	INPC + 5,07% a.a.

SEGMENTO	BENCHMARK
Renda Fixa	INPC + 5,07% a.a.
Renda Variável	IBrX-100
Investimentos Estruturados	CDI + 2% a.a
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	IFIX
Operações com Participantes	IPCA + 6,0% a.a.

Fonte: Política de Investimentos

SEGMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.	PATRIMONIAL POR SEGMENTO R\$ MIL
Consolidada Mensal	-0,21%	-0,60%	1,24%	1,41%	1,69%	1,15%	-0,75%	-0,53%	-0,44%	-1,50%	0,76%	1,09%	3,28%	--
Consolidada Acumulada	-0,21%	-0,81%	0,42%	1,83%	3,55%	4,74%	3,95%	3,40%	2,94%	1,40%	2,17%	3,28%		668.772
Renda Fixa	0,52%	0,03%	0,82%	1,01%	0,86%	0,72%	0,58%	0,63%	1,01%	0,48%	1,79%	0,95%	9,81%	455.552
Renda Variável - Fundos	-2,84%	-4,27%	2,10%	2,51%	6,77%	2,97%	-7,12%	-3,19%	-6,83%	-13,37%	-4,04%	3,07%	-23,18%	88.605
Investimentos Estruturados	-0,45%	0,70%	2,99%	1,12%	0,29%	0,67%	-0,03%	0,74%	-0,35%	1,80%	0,51%	-0,17%	8,06%	109.728
Investimentos Imobiliários	-0,32%	-0,85%	-4,98%	7,51%	-2,21%	2,56%	5,12%	-1,90%	3,55%	-4,55%	-0,52%	3,93%	6,71%	10.410
Empréstimos	1,53%	1,20%	1,33%	1,32%	1,01%	1,39%	1,31%	1,45%	1,43%	1,58%	1,64%	1,47%	18,01%	4.477
TMA = INPC + 5,07% a.a. - mensal	0,68%	1,24%	1,28%	0,79%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	1,15%	15,75%	

Fonte: Controles Internos ELETRA.

Índices para Comparação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.
TMA = INPC + 5,07% a.a. - mensal	0,6841%	1,24%	1,28%	0,7946%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	1,15%	15,75%
TMA = INPC + 5,07% a.a. - Acumulada	0,6841%	1,93%	3,23%	4,05%	5,48%	6,55%	8,09%	9,49%	11,26%	13,01%	14,43%	15,75%	
CDI	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,30%	0,36%	0,42%	0,44%	0,48%	0,59%	0,76%	4,39%
IMA B	-0,85%	-1,52%	-0,46%	0,65%	1,06%	0,42%	-0,37%	-1,09%	-0,13%	-2,54%	3,47%	0,22%	-1,27%
IRF-M	-0,80%	-1,18%	-0,84%	0,84%	0,20%	0,21%	-0,47%	-0,60%	-0,33%	-2,63%	1,79%	1,89%	-1,99%
IBX 50	-2,78%	-3,80%	6,08%	2,90%	6,18%	0,66%	-3,85%	-3,50%	-7,47%	-6,27%	-1,81%	3,76%	-10,54%
COTA ELETRA	-0,22%	-0,63%	1,22%	1,39%	1,68%	1,02%	-0,78%	-0,07%	-0,50%	-1,51%	1,74%	1,08%	4,42%
POUPANÇA	0,12%	0,12%	0,12%	0,16%	0,16%	0,20%	0,24%	0,30%	0,30%	0,36%	0,44%	0,46%	3,01%

Fonte: Controles Internos ELETRA.

PLANO CV

Segmento	Rentabilidade	TMA(*)	Real(**)
Renda Fixa	9,81%	15,75%	-5,13%
Renda Variável	-23,18%	15,75%	-33,63%
Investimentos Estruturados	8,06%	15,75%	-6,64%
Investimentos Imobiliários	6,71%	15,75%	-7,81%
Empréstimos	18,01%	15,75%	1,95%
Total do Plano	3,28%	15,75%	-10,77%

(*) INPC+5,07% a.a.

(**) Rentabilidade Nominal descontada a TMA

PLANO CV

Segmento	Rentabilidade	Benchmark	Real(*)
Renda Fixa	9,81%	15,75%	-5,13%
Renda Variável	-23,18%	-11,16%	-13,53%
Investimentos Estruturados	8,06%	6,48%	1,48%
Investimentos Imobiliários	6,71%	-2,28%	9,20%
Empréstimos	18,01%	16,66%	1,16%
Total do Plano	3,28%	15,75%	-10,77%

(*) Rentabilidade Nominal descontada o Benchmark

- **Comentários:** Verificamos que a rentabilidade acumulada ao final do 2º semestre de 2021, não superou a TMA (INPC+ 5,07% a.a.) com perda real de rentabilidade de 10,77%, apenas o segmento de empréstimos conseguiu superar a TMA.
- Com relação aos benchmarks, somente os segmentos imobiliário e de empréstimos superaram seus benchmarks. O segmento imobiliário superou em função do seu benchmark, ter sido negativo.
- **Justificativa da Entidade:** Quase nenhum segmento conseguiu superar, concomitantemente, TMA e os *benchmarks* no período analisado. O segmento “Investimentos Estruturados” conseguiu superar o seu índice de referência (CDI + 2,0%) no período apurado. Quanto ao desempenho dos outros segmentos, se deve, basicamente, ao aumento da inflação, e à queda acentuada da bolsa de valores, temas estes tratados e discutidos nas reuniões do CCI, vide ata anexa. Quanto ao segmento de empréstimos, o item que trata deste segmento detalha, adiante, os eventos na carteira de empréstimos da Eletra.
- **Conforme apresentado na documentação suporte disponibilizada pela Eletra, anexo ao presente Relatório.**

- PLANO BD:

PLANO DE BENEFÍCIO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA
BD	INPC + 4,96% a.a.

SEGMENTO	BENCHMARK
Renda Fixa	INPC + 4,96% a.a.
Renda Variável	IBrX-100
Investimentos Estruturados	CDI + 2% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	IFIX
Operações com Participantes	IPCA + 6,0% a.a.

Fonte: Política de Investimentos

SEGMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.	PATRIMONIAL POR SEGMENTO R\$ MIL
Consolidada Mensal	0,11%	-0,16%	2,66%	1,12%	1,33%	1,02%	-0,08%	-0,13%	0,05%	-0,28%	0,86%	1,10%	7,83%	--
Consolidada Acumulada	0,11%	-0,05%	2,61%	3,76%	5,13%	6,21%	6,12%	5,98%	6,04%	5,74%	6,66%	7,83%		71.479
Renda Fixa	0,69%	0,23%	1,05%	1,03%	0,89%	0,81%	0,79%	0,86%	1,22%	1,21%	1,72%	1,08%	12,21%	49.537
Renda Variável - Fundos	-2,45%	-4,08%	1,65%	2,93%	6,72%	3,12%	-6,99%	-3,07%	-7,24%	-13,83%	-4,75%	2,77%	-24,00%	5.429
Investimentos Estruturados	-0,44%	0,52%	9,82%	0,87%	0,27%	0,54%	-0,11%	0,55%	-0,24%	1,39%	0,41%	0,06%	14,06%	14.351
Investimentos Imobiliários	-2,87%	-1,64%	0,42%	-0,69%	2,15%	2,58%	3,10%	-3,45%	-1,71%	-6,03%	-2,07%	5,60%	-5,08%	1.727
Empréstimos	1,26%	1,06%	1,14%	1,04%	1,07%	1,18%	1,11%	1,19%	1,12%	1,20%	1,18%	1,15%	14,61%	434
TMA = INPC + 4,96% a.a. - mensal	0,68%	1,23%	1,27%	0,79%	1,37%	1,01%	1,43%	1,29%	1,61%	1,57%	1,25%	1,14%	15,62%	

Fonte: Controles Internos ELETRA

Índices para Comparação													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.
TMA = INPC + 4,96% a.a. - mensal	0,6753%	1,23%	1,27%	0,7858%	1,37%	1,01%	1,43%	1,29%	1,61%	1,57%	1,25%	1,14%	15,62%
TMA = INPC + 4,96% a.a. - Acumulada	0,6753%	1,91%	3,20%	4,01%	5,44%	6,50%	8,02%	9,41%	11,17%	12,92%	14,32%	15,62%	
CDI	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,30%	0,36%	0,42%	0,44%	0,48%	0,59%	0,76%	4,39%
IMA B	-0,85%	-1,52%	-0,46%	0,65%	1,06%	0,42%	-0,37%	-1,09%	-0,13%	-2,54%	3,47%	0,22%	-1,27%
IRF M	-0,80%	-1,18%	-0,84%	0,84%	0,20%	0,21%	-0,47%	-0,60%	-0,33%	-2,63%	1,79%	1,89%	-1,99%
IBX 50	-2,78%	-3,80%	6,08%	2,90%	6,18%	0,66%	-3,85%	-3,50%	-7,47%	-6,27%	-1,81%	3,76%	-10,54%
COTA ELETRA	-0,22%	-0,63%	1,22%	1,39%	1,68%	1,02%	-0,78%	-0,07%	-0,50%	-1,51%	1,74%	1,08%	4,42%
POUPANÇA	0,12%	0,12%	0,12%	0,16%	0,16%	0,20%	0,24%	0,30%	0,30%	0,36%	0,44%	0,46%	3,01%

Fonte: Controles Internos ELETRA

PLANO BD

Segmento	Rentabilidade	TMA (*)	Real (**)
Renda Fixa	12,21%	15,62%	-2,95%
Renda Variável	-24,00%	15,62%	-34,27%
Investimentos Estruturados	14,06%	15,62%	-1,35%
Investimentos Imobiliários	-5,08%	15,62%	-17,90%
Empréstimos	14,61%	15,62%	-0,87%
Total do Plano	7,83%	15,62%	-6,57%

(*) INPC+4,96% a.a.

(**) Rentabilidade Nominal descontada a TMA

PLANO BD

Segmento	Rentabilidade	Benchmark	Real (*)
Renda Fixa	12,21%	15,62%	-2,95%
Renda Variável	-24,00%	-11,16%	-10,16%
Investimentos Estruturados	14,06%	6,48%	7,12%
Investimentos Imobiliários	-5,08%	-2,28%	-2,87%
Empréstimos	14,61%	16,66%	-1,76%
Total do Plano	7,83%	15,62%	-6,57%

(*) Rentabilidade Nominal descontada o Benchmark

- **Comentários:**
- Verificamos que a rentabilidade acumulada ao final do 2º semestre de 2021, não superou a TMA (INPC+ 4,96% a.a.), com perda real de rentabilidade de 6,57%, nenhum segmento conseguiu superar TMA.
- No caso do segmento de empréstimos o mesmo ficou em desconformidade com o art. 25 da Resolução nº 4.661/2018.
- § 4º *Os encargos financeiros das operações com participantes devem ser superiores à taxa mínima atuarial, para planos constituídos na modalidade de benefício definido, ou ao índice de referência estabelecido na política de investimentos, para planos constituídos em outras modalidades, acrescidos de taxa referente à administração das operações e de taxa adicional de risco.*

- Com relação aos benchmarks, somente o segmento de estruturados superou seu benchmark.
- **Justificativas da Entidade:**
- **Justificativa da Entidade:** Quase nenhum segmento conseguiu superar, concomitantemente, TMA e os *benchmarks* no período analisado. O segmento “Investimentos Estruturados” conseguiu superar o seu índice de referência (CDI + 2,0%) no período apurado. Quanto ao desempenho dos outros segmentos, se deve, basicamente, ao aumento da inflação, e à queda acentuada da bolsa de valores, temas estes tratados e discutidos nas reuniões do CCI, vide ata anexa. Quanto ao segmento de empréstimos, o item que trata deste segmento detalha, abaixo, os eventos na carteira de empréstimos da Eletra.
- Conforme é do conhecimento de todos, a carteira de empréstimos dos dois planos de benefícios da ELETRA (ELETRA1 e CELGPREV) está fechada para a concessão de novos mútuos. Pertinente esclarecer que a atual carteira possui 465 empréstimos, sendo 105 na modalidade “pré-fixada” e 360 na modalidade “pós- fixada”. Na modalidade pós-fixada, as taxas definidas (INPC + 0,5654% ao mês, INPC + 0,6820% ao mês e INPC + 0,7970% ao mês) garantem o cumprimento da meta atuarial. No entanto, na modalidade pré-fixada (a carteira possui empréstimos com quatro taxas mensais diferentes: 1%, 1,10%, 1,30% e 1,40%), a elevação da inflação (em dezembro/2021, a inflação anual medida pelo INPC/IBGE foi de 10,16%), comprometeu o cumprimento da meta atuarial. Com o objetivo de equacionar aquela situação, a Diretoria Executiva está reavaliando a possibilidade de reabrir a carteira de empréstimos do plano CELGPREV, inclusive, para permitir a renovação daqueles mútuos em taxas compatíveis com o atual cenário econômico, análise que considerará, também, o risco de inadimplência.

- PGA:

PLANO DE BENEFÍCIO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PGA	110% do CDI

SEGMENTO	BENCHMARK
Renda Fixa	110% do CDI

Fonte: Política de Investimentos

SEGMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.	PATRIMONIAL POR SEGMENTO R\$ MIL
Consolidada Mensal	0,10%	0,09%	0,14%	0,06%	0,35%	0,31%	0,43%	0,46%	0,57%	0,26%	0,68%	0,73%	4,28%	
Consolidada Acumulada	0,10%	0,19%	0,34%	0,40%	0,75%	1,06%	1,50%	1,97%	2,55%	2,82%	3,52%	4,28%		7.160
Renda Fixa	0,10%	0,09%	0,14%	0,06%	0,35%	0,31%	0,43%	0,46%	0,57%	0,26%	0,68%	0,73%	4,28%	7.160
CDI	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,30%	0,36%	0,42%	0,44%	0,48%	0,59%	0,76%	4,39%	

Fonte: Controles Internos ELETRA

Índices para Comparação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum.
CDI	0,15%	0,13%	0,20%	0,21%	0,27%	0,30%	0,36%	0,42%	0,44%	0,48%	0,59%	0,76%	4,39%
IMA B	-0,85%	-1,52%	-0,46%	0,65%	1,06%	0,42%	-0,37%	-1,09%	-0,13%	-2,54%	3,47%	0,22%	-1,27%
IRF M	-0,80%	-1,18%	-0,84%	0,84%	0,20%	0,21%	-0,47%	-0,60%	-0,33%	-2,63%	1,79%	1,89%	-1,99%
IBX 50	-2,78%	-3,80%	6,08%	2,90%	6,18%	0,66%	-3,85%	-3,50%	-7,47%	-6,27%	-1,81%	3,76%	-10,54%
COTA ELETRA	-0,22%	-0,63%	1,22%	1,39%	1,68%	1,02%	-0,78%	-0,07%	-0,50%	-1,51%	1,74%	1,08%	4,42%
POUPANÇA	0,12%	0,12%	0,12%	0,16%	0,16%	0,20%	0,24%	0,30%	0,30%	0,36%	0,44%	0,46%	3,01%
CDI ACUMULADO	0,15%	0,28%	0,48%	0,69%	0,96%	1,27%	1,63%	2,06%	2,51%	3,00%	3,60%	4,39%	

Fonte: Controles Internos ELETRA

PGA			
Segmento	Rentabilidade	Índice Ref.(*)	Real
Renda Fixa	4,28%	4,83%	-0,52%
Total do Plano	4,28%	4,83%	-0,52%

(*) 110% do CDI

- **Comentário:** Verificamos que a rentabilidade acumulada ao final do 2º semestre de 2021, não superou o índice de referência e benchmark (110% do CDI).
- **Justificativa da Entidade:** O PGA possui apenas um fundo lastro em carteira, FUNDO ACTIVE FIX IB (cujo índice de referência é o CDI). Historicamente esse fundo apresenta resultados acima do CDI. Até abril de 2022, por exemplo, o fundo está com uma rentabilidade acumulada de 3,35% contra 3,24% do CDI (103,4% do CDI).

3.2 RENTABILIDADES DOS PLANOS COM OUTROS INDICADORES NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021

- PLANO CV:

CelgPrev

Acompanhamento Rentabilidades x Objetivo de Gestão da PI.

Segmento Objetivo de Gestão	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	% alocação	Acum. Ano	Útil. 12 M	Útil. 24 M
Renda Fixa	0,52%	0,03%	0,82%	1,01%	0,86%	0,72%	0,58%	0,63%	1,01%	0,48%	1,79%	0,95%	68,12%	9,81%	9,81%	17,12%
INPC + 5,07% a.a.	0,68%	1,24%	1,28%	0,79%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	1,15%	-	15,75%	15,75%	28,69%
Renda Variável - Fundos	-2,84%	-4,27%	2,10%	2,51%	6,77%	2,97%	-7,12%	-3,19%	-6,83%	-13,37%	-4,04%	3,07%	13,25%	-23,18%	-23,18%	-29,79%
IBrX-100	-3,03%	-3,45%	6,04%	2,84%	5,92%	0,63%	-3,99%	-3,25%	-6,99%	-6,81%	-1,69%	3,14%	-	-11,16%	-11,16%	-8,05%
Investimentos Estruturados	-0,45%	0,70%	2,99%	1,12%	0,29%	0,67%	-0,03%	0,74%	-0,35%	1,80%	0,51%	-0,17%	16,41%	8,06%	8,06%	11,08%
CDI + 2,0% a.a.	0,31%	0,30%	0,36%	0,37%	0,43%	0,47%	0,52%	0,59%	0,60%	0,65%	0,75%	0,93%	-	6,48%	6,48%	11,61%
Investimentos Imobiliários	-0,32%	-0,85%	-4,98%	7,51%	-2,21%	2,56%	5,12%	-1,90%	3,55%	-4,55%	-0,52%	3,93%	1,56%	6,71%	6,71%	9,44%
IFIX	0,32%	0,25%	-1,38%	0,51%	-1,56%	-2,19%	2,51%	-2,63%	-1,24%	-1,47%	-3,64%	8,78%	-	-2,28%	-2,28%	-12,29%
Empréstimos	1,53%	1,20%	1,33%	1,32%	1,01%	1,39%	1,31%	1,45%	1,43%	1,58%	1,64%	1,47%	0,67%	18,01%	18,01%	35,04%
IPCA + 6,0% a.a.	0,74%	1,35%	1,42%	0,80%	1,32%	1,02%	1,45%	1,36%	1,65%	1,74%	1,44%	1,22%	-	16,66%	16,66%	29,25%
Consolidado	-0,21%	-0,60%	1,24%	1,41%	1,69%	1,15%	-0,75%	-0,53%	-0,44%	-1,50%	0,76%	1,09%	100,00%	3,28%	3,28%	7,25%
TMA = INPC + 5,07% a.a.	0,68%	1,24%	1,28%	0,79%	1,38%	1,02%	1,44%	1,30%	1,62%	1,58%	1,26%	1,15%	-	15,75%	15,75%	28,69%

Fonte: Controles Internos ELETRA

- **Comentários:** Identificamos que os seguintes segmentos superaram as suas metas objetivas do Plano: estruturados CDI + 2% a.a., imobiliário o IFIX, sendo esse negativo em 2021, e o segmento de empréstimos IPCA + 6% a.a.
- Os segmentos de renda fixa e variável ficaram abaixo das metas objetivas, este último com rentabilidade nominal negativa muito superior ao IBrx 100, que também foi negativo.
- A rentabilidade consolidada acumulada nos últimos 02 anos representou apenas 25% da TMA objetiva.
- **Justificativa da Entidade:** Ainda que tenhamos buscado diversificar os ativos do portfólio dos planos de benefícios, nos últimos 2 anos, o cenário macroeconômico impactou, diretamente, os ativos da Eletra, impedindo a superação da TMA. Em 2021, conforme já detalhado, a inflação global, a alta de juros e a retomada abaixo do esperado não permitiram a recuperação dos ativos. Em 2020, a tônica do mercado abaixo do esperado se deu pelos efeitos da pandemia pelo novo coronavírus, a COVID19, que atingiu a economia global de forma geral. O tema foi levado e discutido com os órgãos de governança da Entidade, conforme atas em anexo, e ainda, abordado no RAI de 2021, que está disponível no portal institucional da Eletra.

- PLANO BD:

Eletra 1																
Acompanhamento Rentabilidades x Objetivo de Gestão da PI.																
Segmento Objetivo de Gestão	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	% alocação	Acum. Ano	Útil. 12 M	Útil. 24 M
Renda Fixa	0,69%	0,23%	1,05%	1,03%	0,89%	0,81%	0,79%	0,86%	1,22%	1,21%	1,72%	1,08%	69,30%	12,21%	12,21%	19,92%
INPC + 4,96% a.a.	0,68%	1,23%	1,27%	0,79%	1,37%	1,01%	1,43%	1,29%	1,61%	1,57%	1,25%	1,14%	-	15,62%	15,62%	28,49%
Renda Variável - Fundos	-2,45%	-4,08%	1,65%	2,93%	6,72%	3,12%	-6,99%	-3,07%	-7,24%	-13,83%	-4,75%	2,77%	7,60%	-24,00%	-24,00%	-31,19%
IBrX-100	-3,03%	-3,45%	6,04%	2,84%	5,92%	0,63%	-3,99%	-3,25%	-6,99%	-6,81%	-1,69%	3,14%	-	-11,16%	-11,16%	-8,05%
Investimentos Estruturados	-0,44%	0,52%	9,82%	0,87%	0,27%	0,54%	-0,11%	0,55%	-0,24%	1,39%	0,41%	0,06%	20,08%	14,06%	14,06%	20,42%
CDI + 2,0% a.a.	0,31%	0,30%	0,36%	0,37%	0,43%	0,47%	0,52%	0,59%	0,60%	0,65%	0,75%	0,93%	-	6,48%	6,48%	11,61%
Investimentos Imobiliários	-2,87%	-1,64%	0,42%	-0,69%	2,15%	2,58%	3,10%	-3,45%	-1,71%	-6,03%	-2,07%	5,60%	2,42%	-5,08%	-5,08%	-29,89%
IFIX	0,32%	0,25%	-1,38%	0,51%	-1,56%	-2,19%	2,51%	-2,63%	-1,24%	-1,47%	-3,64%	8,78%	-	-2,28%	-2,28%	-12,29%
Empréstimos	1,26%	1,06%	1,14%	1,04%	1,07%	1,18%	1,11%	1,19%	1,12%	1,20%	1,18%	1,15%	0,61%	14,61%	14,61%	30,44%
IPCA + 6,0% a.a.	0,74%	1,35%	1,42%	0,80%	1,32%	1,02%	1,45%	1,36%	1,65%	1,74%	1,44%	1,22%	-	16,66%	16,66%	29,25%
Consolidado	0,11%	-0,16%	2,66%	1,12%	1,33%	1,02%	-0,08%	-0,13%	0,05%	-0,28%	0,86%	1,10%	100,00%	7,83%	7,83%	12,38%
TMA = INPC + 4,96% a.a.	0,68%	1,23%	1,27%	0,79%	1,37%	1,01%	1,43%	1,29%	1,61%	1,57%	1,25%	1,14%	-	15,62%	15,62%	28,49%

Fonte: Controles Internos ELETRA

• Comentários:

- Identificamos que somente o segmento de estruturados superou a sua meta objetiva do Plano CDI + 2%.
- Os demais segmentos não alcançaram as suas metas objetivas, em destaque os segmentos de renda variável e imobiliário, que apresentaram rentabilidades nominais negativas, superiores aos seus benchmarks que também foram negativos.
- A rentabilidade consolidada acumulada nos últimos 02 anos representou apenas 43% da TMA objetiva.
- Justificativa da Entidade:** Ainda que tenhamos buscado diversificar os ativos do portfólio dos planos de benefícios, nos últimos 2 anos, o cenário macroeconômico impactou, diretamente, os ativos da Eletra, impedindo a superação da TMA. Em 2021, conforme já detalhado, a inflação global, a alta de juros e a retomada abaixo do esperado não permitiram a recuperação dos ativos. Em 2020, a tônica do mercado abaixo do esperado se deu pelos efeitos da pandemia pelo novo coronavírus, a COVID19, que atingiu a economia global de forma geral. O tema foi levado e discutido com os órgãos de governança da Entidade, conforme atas em anexo, e ainda, abordado no RAI de 2021, que está disponível no portal institucional da Eletra.

3.3 RENTABILIDADES DOS FUNDOS E INDICADORES NO 2º SEMESTRE DE 2021

FUNDO	Acum. Ano	BENCH. NO ANO	Útil. 12 M	Útil. 24 M	Útil. 36 M	Desde de o início	SALDO ATUAL CV	SALDO ATUAL BD	SALDO ATUAL PGA
FIDC	-0,73%		-0,73%	16,03%	2,25%		805.175,82	63.367,93	-
FIDC BVA MASTER II	-64,29%	8,05%	-64,29%	87,69%	79,95%	115880,77%	4.517,23	3.011,49	-
FIDC BVA MASTER III	15905,32%	8,05%	15905,32%	13890,69%	73552,26%	81972906,40%	62.089,14	6.930,36	-
FIDC ITALIA	-1,62%	8,05%	-1,62%	1646,40%	241778,37%	166481,94%	738.569,45	53.426,08	-
FII	2,16%		1,21%	3,91%	17,29%		9.725.346,58	1.727.459,70	-
FII RIO BRAVO RENDA VAREJO -	-3,78%	-2,28%	-3,78%	-26,87%	11,42%	154,10%	6.461.379,56	1.708.508,30	-
FII SOCOPA	17,32%	18,32%	17,32%	48,59%	56,10%	170,63%	3.184.418,42	-	-
FII RB CAPITAL DESENV II	-57,72%	32,27%	-57,72%	-85,23%	-89,91%	-73,95%	79.548,60	18.951,40	-
FIP	19,01%		19,01%	-44,90%	-48,85%		8.807.791,42	3.534.091,09	-
FIP GERAÇÃO ENERGIA MULTIES	142,82%	28,33%	142,82%	-68,94%	-100,00%	-100,00%	0,00	-	-
FIP MULTINER	0,00%	28,98%	0,00%	0,00%	-100,00%	-100,00%	0,00	-	-
FIP PRINCIPAL INVEST	53,32%	37,58%	53,32%	83,26%	73,54%	-6,31%	6.110.355,62	3.333.117,30	-
FIP BRASIL ENERGIA RENOVÁVE	-48,53%	37,58%	-48,53%	-67,29%	-77,47%	-89,32%	1.195.078,95	97.779,17	-
FIP INDUSTRIAL PARKS - ANTIGO	11,50%	21,07%	11,50%	14,14%	7,29%	-41,73%	1.502.356,85	103.194,62	-
MULTIMERCADO	6,93%		6,94%	10,44%	22,93%		100.920.144,56	10.817.355,65	-
KINEA CHRONOS MULTIMERCADO	3,91%	4,39%	3,91%	5,71%	15,92%	19,67%	33.298.445,69	4.107.525,75	-
ABSOLUTE VERTEX II MULTIMERC	8,40%	4,39%	8,40%	12,54%	24,20%	17,59%	67.621.698,87	6.709.829,90	-
FIRF	2,15%		2,15%	3,08%	12,78%		226.504.569,08	15.348.157,71	7.159.766,79
FIRF GOYAZES	1,73%	2,63%	1,73%	2,93%	14,46%	170,00%	200.884.540,22	12.579.736,68	-
FIRF ACTIVE FIX INSTIT	4,74%	4,39%	4,74%	7,74%	14,69%	89,77%	18.196.015,49	2.510.043,27	7.159.766,79
FIRF PORTFOLIO MASTER	-66,28%	16,66%	-66,28%	-74,43%	-78,90%	-94,40%	24.861,18	-	-
OCCAM INSTITUCIONAL FIC	3,86%	4,39%	3,86%	6,89%	15,08%	17,67%	7.399.152,19	258.377,76	-
FIA	-22,72%		-23,19%	-30,13%	4,54%		88.605.117,90	5.429.241,33	-
MOAT CAPITAL FIC FIA	-19,68%	-11,92%	-19,68%	-54,63%	-34,73%	-16,38%	42.226.565,21	2.116.742,55	-
EQUITAS FIA	-26,13%	-11,92%	-26,13%	-35,43%	3,80%	-24,71%	46.378.552,69	3.312.498,78	-

Fonte: Controles Internos ELETRA

ÍNDICES FINANCEIROS			
Benchmarks	ACUMULADO 12 MESES	ACUMULADO 24 MESES	ACUMULADO 36 MESES
TMA CV (INPC + 5,07%)	15,75%	28,69%	41,79%
TMA BD (INPC + 4,96%)	15,62%	28,49%	41,70%
CDI	4,39%	7,27%	13,66%
IMA-B	-1,27%	4,54%	28,55%
Ibovespa	-11,92%	-9,32%	19,32%
IDIV	-6,42%	-5,47%	37,21%
IFIX	-2,28%	-12,29%	19,25%

Fonte: Controles Internos ELETRA

- **Comentários:** Identificamos que os fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDCs ficaram abaixo do benchmark (não demonstrado) de 8,05% a.a.
- Os fundos imobiliários – FIIs não superaram seus benchmarks, IFIX para o Rio Bravo Renda Varejo, e outros não demonstrados para o FII SOCOPA e FII RB CAPITAL DESENV, de 18,32% a.a. e 32,27% a.a. respectivamente.
- Os fundos de investimentos em participações – FIPs, com exceção do FIP GERAÇÃO DE ENERGIA MULT, uma vez que, possui PDD de 100% do seu PL. Os demais em função do tipo das características apresentaram rentabilidade consolidada superior a TMA CV e BD.
- Os fundos multimercado – FIMs superaram o benchmark (CDI) no período.
- Os fundos de renda fixa – FIRFs performaram abaixo do benchmark no período, alcançando uma rentabilidade de 49% do CDI em 2021.
- Os fundos de renda variável – FIAs apresentaram rendimentos negativos, e abaixo do benchmark (IBOVESPA), ressalta-se que os fundos estão presentes no portfólio da entidade a longo prazo (+ 36 meses), e apresentam uma relação de risco vs retorno insatisfatória, devido à alta volatilidade e o baixo retorno.

- **R1-Recomendações:** Informar os benchmarks utilizados para confrontar aos rendimentos dos fundos, ou seja, quais índices e taxas foram utilizados para encontrar os percentuais da coluna BENCH ANO

Justificativa da Entidade: todos os *benchmarks* constam nas planilhas da apresentação conforme apresentado na documentação suporte disponibilizada pela Eletra, anexo ao presente Relatório.

- Sugerimos acrescentar uma coluna de rentabilidade real no controle, demonstrando a rentabilidade do fundo descontada do benchmark.

Justificativa da Entidade: Agradecemos a sugestão e iremos analisar a inclusão para os próximos fechamentos.

- Informar os controles de performances utilizados, para determinar o desinvestimento em fundos com desempenho insatisfatório.

Justificativa da Entidade: Como é sabido, o desempenho dos fundos é monitorado diariamente, através da carteira divulgada pela Custódia, e também, através do lançamento no sistema interno de controle dos investimentos (SINQIA). Qualquer variação anormal na cota, já será percebido quando da atualização da carteira, visto que essa variação vai refletir na rentabilidade geral da carteira ao qual o fundo faz parte. Diante disso, a área técnica da fundação já entra em contato com a custódia e os gestores para apuração da situação. Caso esse desempenho se mostre insatisfatório no decorrer dos meses subsequentes, temos um ponto de atenção referente a se resgatar ou não os recursos.

De posse do estudo de desempenho devidamente atualizado, realizamos a realocação tática dos recursos. Adicionalmente, anualmente, a Eletra realiza a reavaliação de todos os gestores da carteira. Conforme normativo específico, um processo de seleção de novo gestor pode ser aberto de acordo com a performance apresentada pelo gestor.

- **Conforme apresentado na documentação suporte disponibilizada pela Eletra, anexo ao presente Relatório.**
- Informa a situação da “curva J” dos FIPs.

Justificativa da Entidade: Todos os FIPs das carteiras são considerados ativos estressados. Diante disso, em algum momento, tivemos comprometimento do ciclo de desinvestimento dos fluxos de caixa. É importante destacar que a segunda parte da curva é derivada do ciclo de desinvestimentos, e implica no sucesso das investidas de modo a apresentar uma taxa de crescimento crescente. Com isso, a curva jota dos FIPs, ainda não se formou, visto que a parte ascendente da curva, cuja expectativa é de maiores retornos e aumento da rentabilidade do negócio ainda não se concretizaram para os nossos FIPs em carteiras. A Eletra, a pedido da própria PREVIC, realiza, anualmente, a elaboração de um relatório circunstanciado de ativos estressados, vide anexo, onde é possível observar a evolução de

cada ativo, assim como o retorno por meio de Taxa Interna de Retorno, conforme solicitado pelo órgão fiscalizador.

4. AVALIAÇÃO DOS RISCOS NO 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021.

4.1. RISCO DE CRÉDITO/CONTRAPARTE.

- Base Relatório de Compliance da ADITUS (anexo à documentação suporte).

4.1.1. PLANO CV:

Risco de Crédito				
A análise de risco de crédito considera as atribuições de notas para os ativos pertencentes à carteira de investimentos do plano. Por se tratar de uma primeira análise, a classificação abaixo pode deixar de levar em consideração algumas particularidades de cada ativo, que somente podem ser avaliadas a partir de leitura manual, por analistas especializados. Dessa forma, recomenda-se cautela nas conclusões obtidas a partir dessas tabelas, que não devem ser tratadas como definitivas. As equivalências das faixas estão disponíveis no Relatório de Risco de Mercado.				
Classificação por Risco de Crédito	%	Limite	Status	
Total em Crédito (Grau de Investimento + Grau Especulativo)	13,68%	80,00%	OK	
Grau Especulativo	0,18%	5,00%	OK	
Quando previsto em política, serão consideradas como desenquadradas as aquisições de ativos de crédito classificados como grau especulativo.				
Ativos classificados como grau especulativo/ alto risco de crédito, de acordo com a política de investimentos				
Ativo	%	Aquisição	Emissor	Veículo de Investimento
ANIM23	0,01%	21-12-21	Anima Holding Sa	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP
CORAL FI DIREITO:	0,00%		Fundos	FI RF CRED PRIV PORTFOLIO MASTER I
CRFB13	0,00%	21-11-19	Atacadao Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI
CRI SCCI 1 31	0,00%	04-10-19	Securizadora Creditos Imobiliarios S.a.	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP
CRI SCCI 1 31	0,00%	27-04-20	Securizadora Creditos Imobiliarios S.a.	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP
ESCE18	0,01%	09-04-19	Edp Espirito Santo Distribuicao De Energia S.a	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP
FIDC MULT MAXIML	0,00%		Fundos	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP
FIDC MULTISETOR	0,11%		Fundos	ELETRA PLANO CV
FIDC MULTISETOR	0,01%		Fundos	ELETRA PLANO CV
FIDC MULTISETOR	0,00%		Fundos	ELETRA PLANO CV
KROT11d	0,00%	25-04-19	Kroton Educacional Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI
TFLE18	0,03%	17-02-20	Localiza Fleet Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI

Fonte: RC ADITUS

- Comentários:**
- Identifica-se no portfólio CV um total em títulos privados de 13,68%, sendo apenas 0,18% em grau especulativo, para um mandato de até 5%.
- O FIRF CP LP SULAMERICA CRED ATIVO possui a maior exposição em ativos de credito privado com maior risco de inadimplência.

4.1.2. PLANO BD:

Risco de Crédito

A análise de risco de crédito considera as atribuições de notas para os ativos pertencentes à carteira de investimentos do plano. Por se tratar de uma primeira análise, a classificação abaixo pode deixar de levar em consideração algumas particularidades de cada ativo, que somente podem ser avaliadas a partir de leitura manual, por analistas especializados. Dessa forma, recomenda-se cautela nas conclusões obtidas a partir dessas tabelas, que não devem ser tratadas como definitivas. As equivalências das faixas estão disponíveis no Relatório de Risco de Mercado.

Classificação por Risco de Crédito	%	Limite	Status
Total em Crédito (Grau de Investimento + Grau Especulativo)	8,20%	80,00%	OK
Grau Especulativo	0,15%	5,00%	OK

Quando previsto em política, serão consideradas como desenquadradas as aquisições de ativos de crédito classificados como grau especulativo.

Ativos classificados como grau especulativo/ alto risco de crédito, de acordo com a política de investimentos

Ativo	%	Aquisição	Emissor	Veículo de Investimento	Faixa
ANIM23	0,01%	21-12-21	Anima Holding Sa	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP	Sem Faixa
CRFB13	0,00%	21-11-19	Atacadao Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	Sem Faixa
CRI SCCI 1 31	0,00%	04-10-19	Securitizadora Creditos Imobiliarios S.a.	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP	Sem Faixa
CRI SCCI 1 31	0,00%	27-04-20	Securitizadora Creditos Imobiliarios S.a.	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP	Sem Faixa
ESCE18	0,00%	09-04-19	Edp Espirito Santo Distribuicao De Energia S.a	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP	Sem Faixa
FIDC MULT MAXIMI	0,00%		Fundos	SULAMERICA CRED ATIVO FI RF CRED PRIV LP	Sem Faixa
FIDC MULTISETOR	0,07%		Fundos	ELETRA PLANO BD	Faixa 7
FIDC MULTISETOR	0,01%		Fundos	ELETRA PLANO BD	Faixa 8
FIDC MULTISETOR	0,00%		Fundos	ELETRA PLANO BD	Faixa 8
KROT11d	0,00%	25-04-19	Kroton Educacional Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	Sem Faixa
TFLE18	0,04%	17-02-20	Localiza Fleet Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	Sem Faixa

Fonte: RC ADITUS

- **Comentários:**
- Identifica-se no portfólio BD um total em títulos privados de 8,2%, sendo apenas 0,15% em grau especulativo, para um mandato de até 5%.
- O FIRF CP LP SULAMERICA CRED ATIVO possui a maior exposição em ativos de crédito privado com maior risco de inadimplência.
- Identificamos que os emissores de debentures, classificados como grau especulativo, utilizaram-se da Instrução CVM 476 de 2009, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.
- Tal instrução desobriga as empresas a classificarem sua emissão com notas de crédito (rating), visando assim reduzir o custo por emissão (devido ao alto valor cobrado pelas agências classificadoras), ressalta-se que os valores mobiliários ofertados deverão ser subscritos ou adquiridos por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados.

4.1.3. PLANO PGA:

Risco de Crédito

A análise de risco de crédito considera as atribuições de notas para os ativos pertencentes à carteira de investimentos do plano. Por se tratar de uma primeira análise, a classificação abaixo pode deixar de levar em consideração algumas particularidades de cada ativo, que somente podem ser avaliadas a partir de leitura manual, por analistas especializados. Dessa forma, recomenda-se cautela nas conclusões obtidas a partir dessas tabelas, que não devem ser tratadas como definitivas. As equivalências das faixas estão disponíveis no Relatório de Risco de Mercado.

Classificação por Risco de Crédito	%	Limite	Status
Total em Crédito (Grau de Investimento + Grau Especulativo)	16,56%	80,00%	OK
Grau Especulativo	1,39%	5,00%	OK

Quando previsto em política, serão consideradas como desenquadradas as aquisições de ativos de crédito classificados como grau especulativo.

Ativos classificados como grau especulativo/ alto risco de crédito, de acordo com a política de investimentos

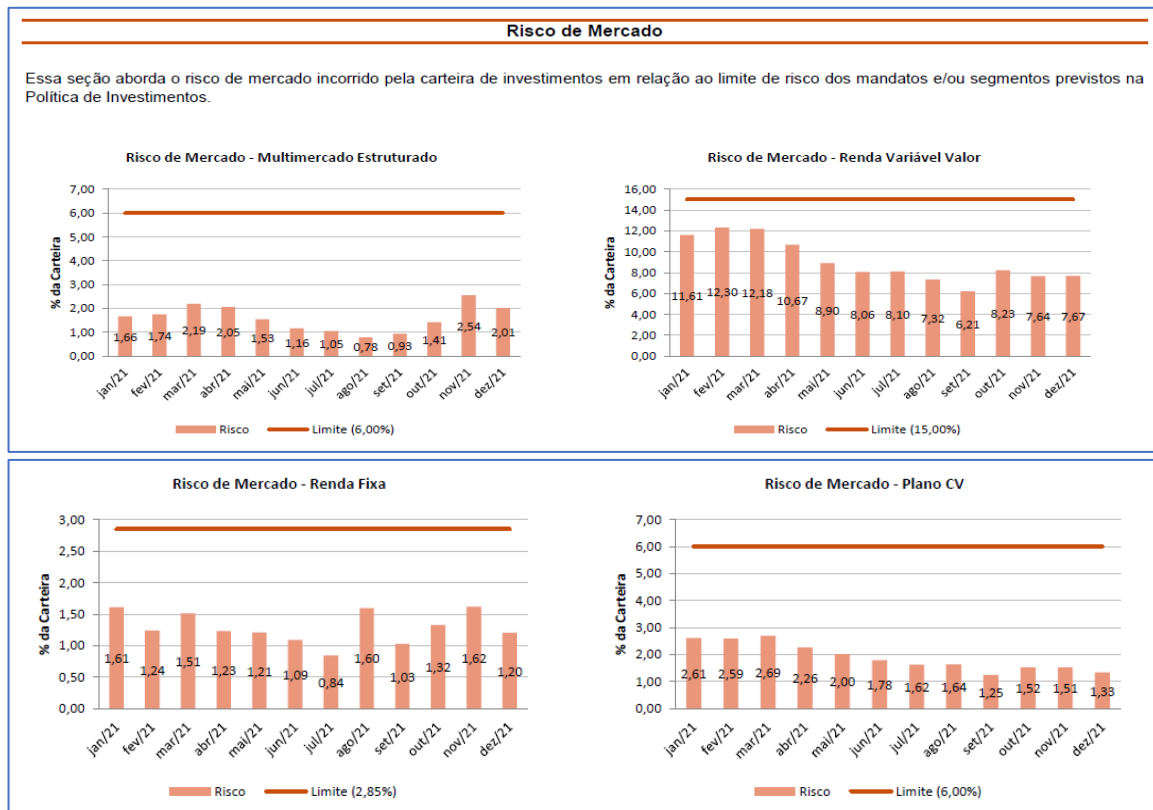
Ativo	%	Aquisição	Emissor	Veículo de Investimento	Faixa
CRFB13	0,11%	21-11-19	Atacadao Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	Sem Faixa
KROT11d	0,07%	25-04-19	Kroton Educacional Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	Sem Faixa
TFLE18	1,21%	17-02-20	Localiza Fleet Sa	INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	Sem Faixa

Fonte: RC ADITUS

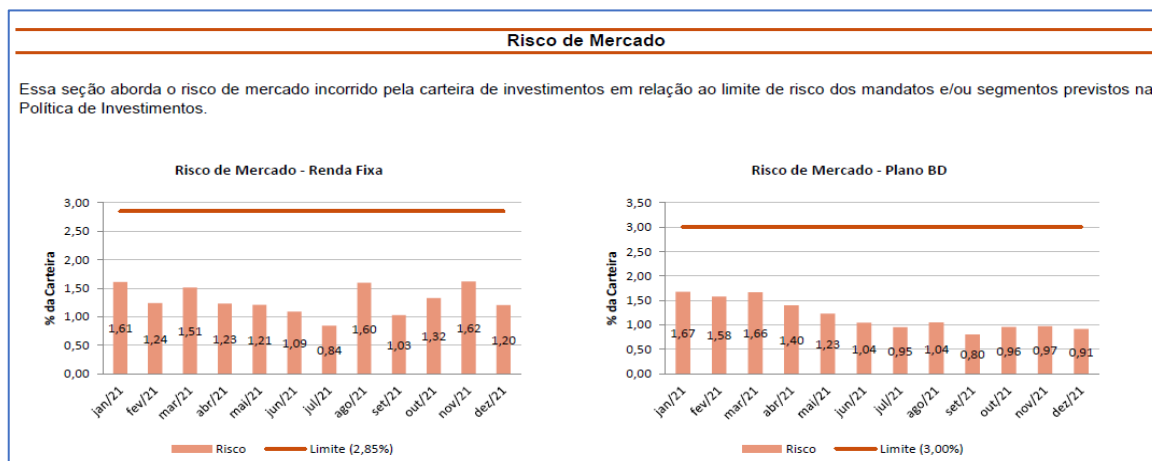
- **Comentários:**
- Identifica-se no portfólio PGA um total em títulos privados de 16,56%, sendo apenas 1,39% em grau especulativo, para um mandato de até 5%.
- O INST ACTIVE FIX IB MULTI FI possui a maior exposição em ativos de crédito privado com maior risco de inadimplência.
- Identificamos que os emissores de debentures, classificados como grau especulativo, utilizaram-se da Instrução CVM 476 de 2009, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.
- A referida instrução desobriga as empresas a classificarem sua emissão com notas de crédito (rating), visando assim reduzir o custo por emissão (devido ao alto valor cobrado pelas agências classificadoras), ressalta-se que os valores mobiliários ofertados deverão ser subscritos ou adquiridos por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados.

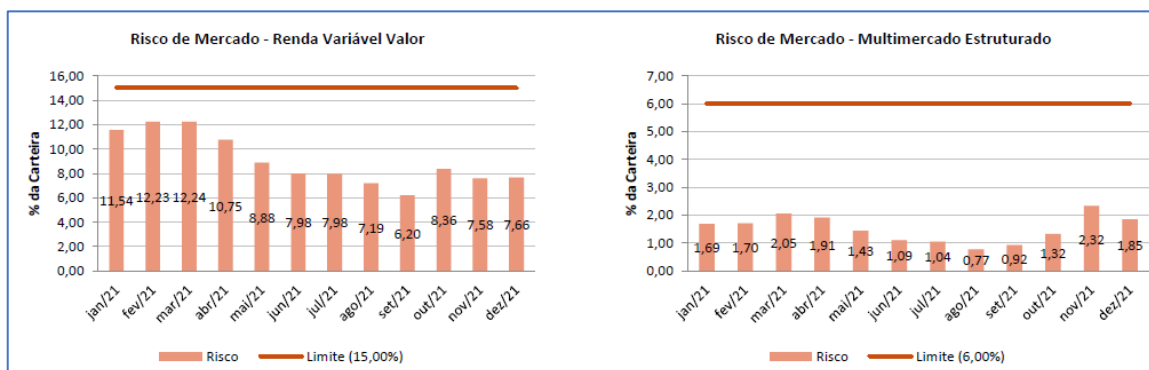
4.2. VaR – VALOR EM RISCO - RISCO DE MERCADO

4.2.1. PLANO CV



4.2.2. PLANO BD





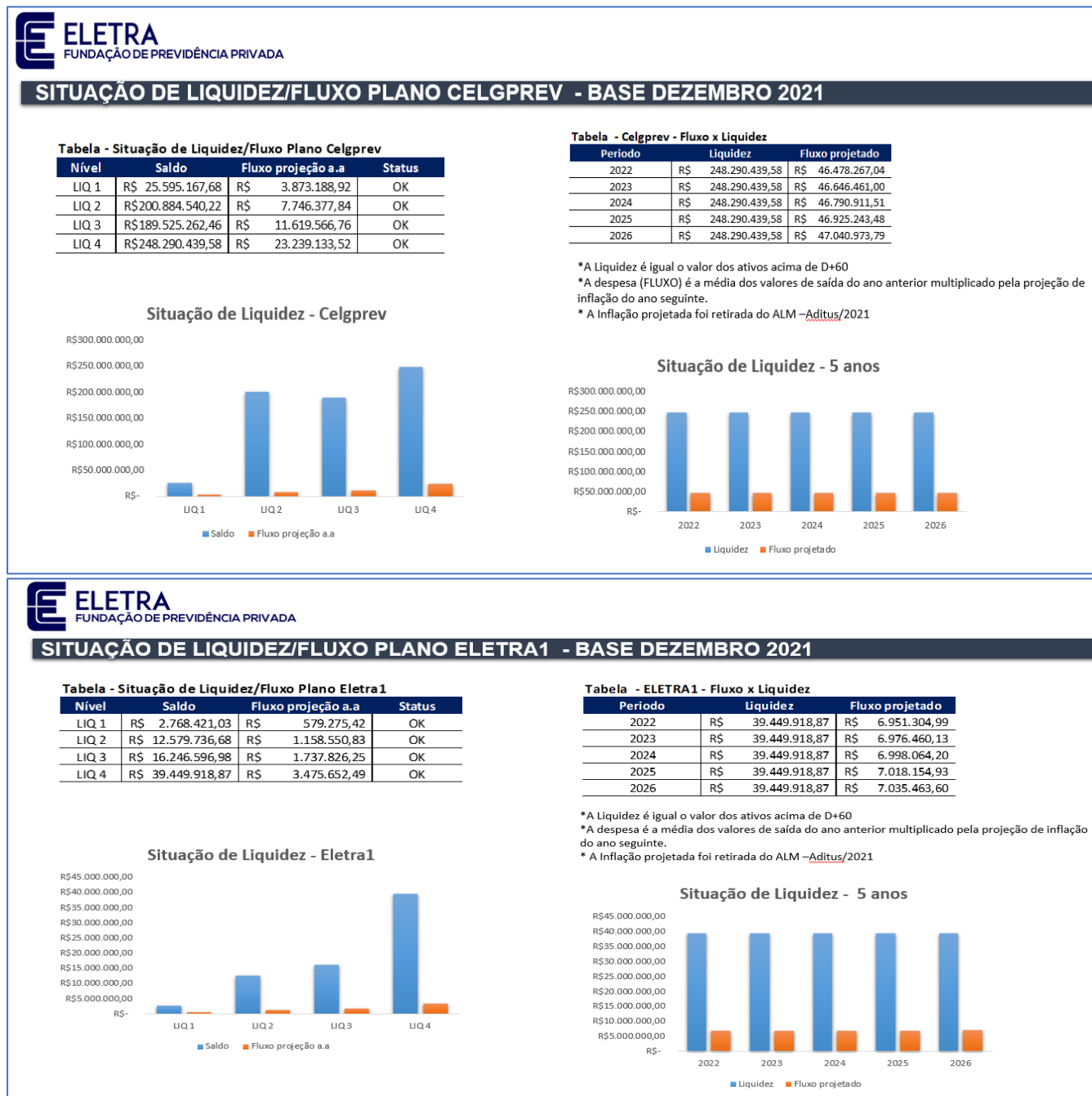
4.2.3. PLANO PGA

Não há risco de mercado relevante.

- **Comentários Gerais:**
- Identificamos que a entidade mantém o monitoramento dos Riscos de Mercado através de instrumentos econométricos, representado pelo VaR (Value at Risk) em todos os Planos, em um grau de confiança de 95%, com relatórios elaborados pela Consultoria ADITUS (anexo à documentação suporte).
- Observa-se que proporcionalmente os Fundos de Renda variável, possuem maior volatilidade.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ:

- Foram demonstrados os seguintes controles internos referentes aos riscos de liquidez, a seguir:



Fonte: Relatório de Investimentos de Dezembro 2021

- Comentário:** Observa-se nos controles acima que os saldos estão em conformidade aos níveis de liquidez, tanto para o Plano CV como para o Plano BD, no curto prazo 2022, no médio prazo 2023 e no longo prazo 2024 e 2025, até o limite de 05 anos.

5. CUSTOS ACUMULADOS DA GESTÃO 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021.

Despesas dos Investimentos	Eletra 1	Celgprev	PGA	Total	Part %
Internas	362	27.044	135.595	163.001	3,77%
Gestão dos Investimentos	-	-	135.595	135.595	3,14%
Despesas Jurídicas/FIP	362	27.044	-	27.406	0,63%
Externas	365.351	3.778.463	11.288	4.155.102	96,23%
Taxa de Administração e Gestão de Fundos	259.486	2.697.546	11.288	2.968.320	68,74%
Taxa de Performance	104.472	1.061.941	-	1.166.413	27,01%
Taxa CVM	1.251	16.794	-	18.044	0,42%
Taxa Anbima	143	2.182	-	2.325	0,05%
Taxa de Cetip	-	-	-	-	0,00%
SELIC	-	-	-	-	0,00%
CBLC	-	-	-	-	0,00%
Custódia e Controladoria dos Investimentos	-	-	-	-	0,00%
Despesas Totais	365.713	3.805.507	146.883	4.318.103	100,00%
RGRT	71.484.659	668.773.394	7.166.883	747.424.936	
% Despesas em relação aos RGRT	0,51%	0,57%	2,05%	0,58%	

Fonte: Custódia/Contabilidade

Fonte: Controles Internos ELETRA.

- **Comentários:**
- Os custos da gestão dos investimentos acumulado ao final do 2º semestre de 2021, representaram **0,58%** dos Recursos Garantidores de Investimentos Totais, ficando dentro do parâmetro da taxa de administração fixado pelo art. 6º da RES/CGPC 29/2009, que estabeleceu um teto máximo de 1%, e das taxas de mercado, que utilizamos no presente Relatório como referência.
- Verificamos que até dezembro de 2021 a ELETRA pagou o valor de R\$ 4.155.102,00 em custos externos, identificando a uma estratégia de terceirização na gestão dos recursos da entidade, na ordem de **96%** do total.
- A seguir as informações sobre as taxas praticadas pelos Fundos de Investimentos em atendimento ao § único do art.31, da Resolução do CMN nº 4.661/2018, conforme Relatório da ADITUS, anexo à documentação suporte:

Plano CV:

8.2 Taxas de administração e performance dos fundos investidos

Fundo / veículos de investimentos	Taxa de Administração	Taxa de Performance
ABSOLUTE VERTEX II FC FI MULT	1.90%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO CDI
BRASIL ENERGIA RENOVAVEL FIP ME	0.08%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IPCA + 8%
BTG PACTUAL PRINCIPAL INVESTMENTS FICFIP	2.00%	20% QUE EXCEDER AO IPCA + 8% AA
EQUITAS SELECTION INST FC FIA	2.00%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IBOVESPA
FI RF CRED PRIV PORTFOLIO MASTER I	-	-
FIDC MULTISETORIAL ITALIA SENI-SEN	-	-
FIDC MULTISETORIAL MASTER III-SEM	-	-
FIDC MULTISETORIAL MASTER II-SEM	0.20%	-
FII AGENCIAS CAIXA	1.00%	-
FIP MULTINER	0.45%	20% DO QUE EXCEDER AO IGP-M + 9.5%

8.2 Taxas de administração e performance dos fundos investidos

Fundo / veículos de investimentos	Taxa de Administração	Taxa de Performance
GERACAO DE ENERGIA FIP MULTISTRATEGIA	1.50%	20%, PAGA SOMENTE A PARTIR O RETORNO INTEGRAL DO CAPITAL INTEGRALIZADO CORRIGIDO POR IPCA + 10.5%
GOYAZES FI MULT	0.26%	-
INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTISTRATE	1.80%	-
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	0.30%	-
KINEA CHRONOS FI MULT	2.00%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO CDI
MOAT CAPITAL FIC FIA	1.85%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IBOVESPA
OCCAM INST FC FI MULT II	1.00%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO CDI
RB CAPITAL DESENV RESIDENCIAL -UNICA	2.00%	-
SINGULARE FUNDO DE INVESTIMENT-UNICA	1.36%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IPCA + 7.5%

Plano BD:

8.2 Taxas de administração e performance dos fundos investidos

Fundo / veículos de investimentos	Taxa de Administração	Taxa de Performance
ABSOLUTE VERTEX II FC FI MULT	1.90%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO CDI
BRASIL ENERGIA RENOVAVEL FIP ME	0.08%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IPCA + 8%
BTG PACTUAL PRINCIPAL INVESTMENTS FICFIP	2.00%	20% QUE EXCEDER AO IPCA + 8% AA
EQUITAS SELECTION INST FC FIA	2.00%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IBOVESPA
FIDC MULTISSETORIAL ITALIA SENI-SEN	-	-
FIDC MULTISSETORIAL MASTER III-SEM	-	-
FIDC MULTISSETORIAL MASTER II-SEM	0.20%	-
FII AGENCIAS CAIXA	1.00%	-
GOYAZES FI MULT	0.26%	-

8.2 Taxas de administração e performance dos fundos investidos

Fundo / veículos de investimentos	Taxa de Administração	Taxa de Performance
INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTISTRATE	1.80%	-
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	0.30%	-
KINEA CHRONOS FI MULT	2.00%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO CDI
MOAT CAPITAL FIC FIA	1.85%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO IBOVESPA
OCCAM INST FC FI MULT II	1.00%	20% DO QUE EXCEDER 100% DO CDI
RB CAPITAL DESENV RESIDENCIAL -UNICA	2.00%	-

PGA:

8.2 Taxas de administração e performance dos fundos investidos

Fundo / veículos de investimentos	Taxa de Administração	Taxa de Performance
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI	0.30%	-

6. CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS 2º SEMESTRE DE 2021 - EM 31/12/2021:

6.1. CONTRATOS VIGENTES

PLANOS	CONTRATOS	SALDO DEVEDOR	PER CAPITA
CV	465	R\$ 4.819.000,86	R\$ 10.363,44
BD	36	R\$ 435.897,05	R\$ 12.108,25
TOTAIS	501	R\$ 5.254.897,91	R\$ 10.488,82

- **Comentário:** O saldo devedor per capita apurado no Plano CV foi de R\$ 10.363,44, no BD foi de 12.108,25, a carteira se encontra fechada para novas concessões.

6.2. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.

- **Comentário:** A taxa de administração foi cobrada na concessão dos empréstimos, não havendo cobrança mensal nas prestações. Como a carteira se encontra fechada, não há novos ingressos de taxas. Os custos atuais são R\$ 3.942,52 mensais, sendo absorvido pela rentabilidade da carteira.

6.3. Fundos para garantia das Operações com Participantes.

PLANOS	CONTRATOS	FUNDO GARANTIDOR	PER CAPITA
CV	465	R\$ 899.929,77	R\$ 1.935,33
BD	36	R\$ 25.114,13	R\$ 697,61
TOTAIS	501	R\$ 925.043,90	R\$ 1.846,40

- **Comentários:**
- O fundo de garantia dos empréstimos no Plano CV acumulou o valor até dezembro de 2021 de **R\$ 899.929,77** e demonstra a cobertura de R\$ 1.935,33 per capita, correspondendo a uma cobertura de 20% do saldo devedor per capita de R\$ 10.3263,34. O per capita do Plano BD foi de R\$ 697,61, cobrindo apenas 6 % do saldo devedor per capita de R\$ 12.108,25.
- A taxa de risco foi cobrada na concessão dos empréstimos, não havendo cobrança mensal nas prestações. Como a carteira está fechada para novas concessões, não há como melhorar o nível de cobertura do Plano BD.
- Foi realizado estudo no sentido de melhorar a aderência dos Fundos Garantidores, anexo à documentação suporte.

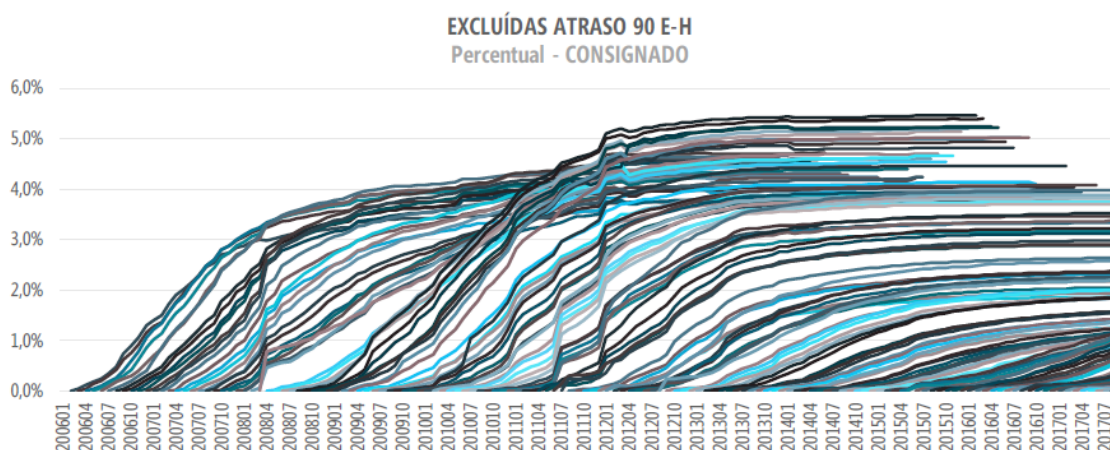
6.4 – PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA-PCLD – EM 31/12/2021.

Planos	PCLD	Saldo Devedor	Rep.%
BD	R\$ -	R\$ 435.897,05	0%
CV	R\$ 524.551,76	R\$ 4.819.000,86	10,89%

Fonte: Balancetes dos Plano Dez/21.

- **Comentário:** Verificamos que as provisões para perdas estimadas (PCLD), decorrentes de inadimplências no Plano CV, representaram 10,89% do saldo devedor do plano. Estando muito acima da estatística do BACEN da ordem de 1% a 5%, para esse tipo de crédito consignado.

Operações excluídas do Coorte atrasadas acima de 90 dias ou classificadas entre E-H (Volume)
Valor das Operações do Coorte (Volume)



Fonte: Estatísticas BACEN.

- **Justificativa da Entidade sobre as inadimplências:**
- Inicialmente, cumpre esclarecer que, com o fechamento da carteira de empréstimos, ocorrida há mais de dois anos, é natural que, com a quitação dos empréstimos, haja uma redução do montante daquela carteira, o que faz com que os contratos inadimplidos representem, cada vez mais, um percentual maior em relação ao seu montante total.
- Registre-se que, nas situações em que se esgotam as possibilidades de regularização da inadimplência pelas vias administrativas (inclusive, nos casos de participantes que rescindiram o seu contrato de trabalho com os patrocinadores, com a utilização da reserva de poupança para abater o saldo devedor do empréstimo), a ELETRA tem ajuizado ações judiciais (execuções). Neste ano de 2022, tivemos a repactuação e retomada do pagamento das parcelas em dois empréstimos (dos ex-participantes Clayton Júnio da Silva e Rafael Moreira Aguiar).

7. RETORNO ECONÔMICO DO SEGMENTO DE IMÓVEIS EM 2021- EM 31/12/2021.

Imóvel	Valor (*)	Rendas Líquidas 2021 (**)	Retorno Econômico
Fundos Imobiliários	R\$ 11.452.806,28	R\$ 1.033.636,68	9,03%
Outros -Cias.Fechadas	R\$ 684.658,00	R\$ -	0,00%
TOTAL	R\$ 12.137.464,28	R\$ 1.033.636,68	8,52%

Fonte: Balancetes Dez/21. (*) Valor Contábil (Dez/21); (**) (Aluguel + Outras Rendas – Despesas Correntes) Não considera depreciação e resultado da reavaliação.

- **Comentários:**
- Com base nas informações dos Balancetes, verificou-se que as rendas líquidas auferidas em relação ao valor patrimonial do segmento de imóveis no período apresentaram um **retorno médio econômico líquido de 8,52%**, abaixo da meta do Plano BD.
- Identificamos que o registro contábil dos Fundos Imobiliários (FII) no segmento de imóveis está em desacordo com o Plano de Contas da IN/PREVIC nº 31, de 2020. Inclusive, o registro do resultado (rendas e variações positivas e dedução e variações negativas) dos Imóveis está sendo alocado no FII. Ressaltamos que, essa classificação somente é válida para o enquadramento da Resolução do CMN nº 4.661, de 2018, e não para fins contábeis, o FII deve ser classificado na Conta Contábil 1.02.03.04.10.00.00-Fundos de investimentos Imobiliários – FII e nos Resultados 5.01.04.10.00.00 Rendas e Variações Positivas – FII e 5.02.04.10.00.00 Deduções e Variações Negativas –FII.
- Conforme informado pela Entidade, tal situação, da contabilização correta dos FII, foi regularizada no Balancete de Maio/22.
- **Situação regularizada nos Balancetes de Maio/2022, Balancetes em anexo.**

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – SALDO EM 31/12/2021.

- **Comentário:** Não há saldo no exigível contingencial de investimentos em 31/12/2021. Portanto, em princípio não existem ações judiciais contra a Entidade a serem registradas no referido passivo.

9. COMENTÁRIOS GERAIS:

- a) As Políticas de Investimentos foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo e divulgadas nos prazos requeridos pela legislação.
- b) A Entidade no período analisado 2º semestre de 2021, vem mantendo o cumprimento das exigências normativas estabelecidas pela RES/CMN 4.661/2018, de 25/05/2018 e da sua Política de Investimentos.
- c) Foi informado pela Entidade que no 2º semestre de 2021, todas as operações de compra e venda de Títulos da entidade, e o tunelamento de taxas das mesmas. Atendendo assim, as regras do art.17 da Resolução CMN 4.661/2018.
- d) Acerca do que estabelece o Art. 7º da Seção I do Capítulo II da Resolução CMN 4.661/2018, dos controles internos, da avaliação e monitoramento de risco e do conflito de interesse, não identificamos inconformidades:

Art. 7º A EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas nesta Resolução, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado. § 1º A EFPC deve definir claramente a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

10. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO INVESTIMENTOS.

O Capítulo de Investimentos foi elaborado conforme a seguinte Matriz:

ITENS DE ANÁLISES	REFERENCIAL NORMATIVO/GUIAS PREVIC
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS	
1) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (PI)	
1.1 - Enquadramentos Globais	
1.1.1- Política - Planos	art.19 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.1.2 - RES/CMN 4.661/18	arts 21,22,23,24,25,26 da RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.2 - Enquadramento das Diversificações	
1.2.1 - Limites por Emissor	arts.27,28,29,30,36 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.2.2 - Limites por Séries de Ativos	arts.27,28,29,30,36 da RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.2.2 - Limites por PL Emissor/Veículos	arts.27,28,29,30,36 da RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.3 - Rentabilidades	
1.3.1 - Rentabilidades dos Planos	art. 4 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.3.2-Rentabilidades dos Segmentos	art. 4 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.3.3-Rentabilidades dos Ativos e Fundos de Investimentos	art. 4 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.4-Avaliação de Administradores/Gestores (Externos)	
1.4.1 - Contratação de Adm/Gestores de Carteiras	art. 4 item V, art 14 ,15,16,17 ,18 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.4.2 - Avaliação da performance Adm/Gestores de Carteiras	art. 4 item V, art 14 ,15,16,17 ,18 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.4.3 - Avaliação da performance Adm/Gestores de Fundos Exclusivos	art. 4 item V, art 14 ,15,16,17 ,18 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.5- Análise dos Riscos	
1.5.1 - Risco de Mercado (VaR, B-VaR outros instrumentos da EFPC)	art. 9, 10 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.5.2 - Risco de Crédito (rating) carteira e fundos exclusivos	art. 9, 10 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.5.3 - Risco de Liquidez (fluxo e duration)	art. 9, 10 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.6 - Custos da Gestão de Investimentos	
1.6.1 - Custos Internos (PGA)	Resolução CGPC 29/2009 e Resolução CNPC 43/2021; Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
1.6.2 - Custos Externos (Fundos e Carteiras)	§ único do art.31, e art.34 RES/CMN 4.661/18 § único do art.17 da RES. CGPC 13/2004; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.7 - Carteira de Empréstimos	
1.7.1 - Saldo Devedor por plano e per capita	arts.25 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.7.2 - Saldo devedor Controles Internos x Contábil (confrontação)	Resolução CNPC 43/2021 e IN/PREVIC 31/2020, Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
1.7.3 - Inadimplências (quant., valor) por plano, política de cobrança	arts.25 RES/CMN 4.661/18, Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.7.4 - Fundo Garantidor (QQM,QQMI) por plano -evolução, utilização	Resolução CNPC 43/2021 e IN/PREVIC 31/2020, Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.7.5 - Taxa de Administração	art.38 da RES/CMN 3.456/07(instituiu a taxa adm.), art.25 da RES/ CMN 4.661/18, RES/CPN 43/2021 e IN/PREVIC 31/2020
1.8-Carteira de Imóveis	
1.8.1 - Renda auferida por cada imóvel	art.24, art 36, item XIII, art 37 § 4º e 5º RES/CMN 4.661/18, IN/PREVIC 31/2020
1.8.2 - retorno econômico (renda auferida x valor contábil do imóvel)	art.24, art 36, item XIII, art 37 § 4º e 5º RES/CMN 4.661/18
1.8.3 - Reavaliação dos Imóveis (resultado e laudos)	IN/PREVIC 31/2020; Guia PREVIC de Melhores Práticas Investimentos
1.8.4 - Alienações e Aquisições de Imóveis	IN/PREVIC 31/2020. Vedações art 36, item XIII art 37 § 4º e 5º RES/CMN 4.661/18
1.9 - Operações de Renda Fixa fora de Plataforma Eletrônica	
1.9.1 - Compra e Vendas de títulos privados e públicos de renda fixa	art 17 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.10 - Outras informações relevantes	
1.11 - Sistema de controles internos dos investimentos	art 7, 8, 9,10,11 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.12 - Confrontação Relatório Agente Custodiante X Controles Internos	art 12 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.13 - Compliance legal na aprovação da Política de Investimentos	art 19 RES/CMN 4.661/189; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.14 - Análise do Exigível Contingencial dos Investimentos	Resolução CNPC 43/2021 e IN/PREVIC 31/2020, Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
1.15 - Provisões para perdas de ativos (investimentos)	Resolução CNPC 43/2021 e IN/PREVIC 31/2020, Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
1.16 - Estudos de ALM (Asset Liability Management)	RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.17 - Certificações dos agentes decisores da PI	Resolução CNPC 39/21 .
1.18 - Conflitos de Interesses (Custódia, Administradores e Gestores)	art. 12 RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos
1.19 - Relatórios de Fiscalizações e Auditorias	Guia PREVIC de Melhores Práticas "SBR" e Guia de Melhores Práticas Contábeis "Auditoria Independente", Resolução CNPC 44 de 2021.
1.20 - Vedações	art.36 da RES/CMN 4.661/18; Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos

11. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS E O RESULTADO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS NO 2º SEMESTRE DE 2021.

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, concluímos que no **2º SEMESTRE DE 2021**, a Gestão de Recursos dos Planos de Benefícios e do PGA estava aderente à Resolução do CMN nº 4.661/2018 e as normas emitidas pelos órgãos de fiscalização e controles, e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos de 2021. Excetuando àquelas com recomendações.

Devendo ser considerados os comentários e as recomendações apresentadas neste capítulo.

Conselho Fiscal da ELETRA

Presidente: Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior

Membro Titular: Antônio Jesus Galdiano Júnior

Membro Titular: Ednilson Alves da Silva

Membro Titular: Cássio Pereira Vieira

III. ATUARIAL: ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES E RESULTADO DOS PLANOS:

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal com base na documentação disponibilizada pela ELETRA avaliou o resultado da gestão atuarial do plano de benefícios, referente ao **2º Semestre de 2021:**

1. MASSA ABRANGIDA E BENEFÍCIOS PAGOS POSIÇÃO – 31/12/2021.

QUANTITATIVO ATIVOS 12/2021			
ESPECIE	CELGPREV	CELGPREV SR	TTL. POR SITUAÇÃO
ATIVO - ATIVO	943	134	1.077
ENEL DISTRIBUIÇÃO (01)	790	116	906
CELG PAR (10)	1		1
ELETRA (02)	12		12
G&T (08)	126	18	144
VIVACOM (14)	14	-	14
AUTOPATROCINADOS	8	-	8
BENEFICIO DIFERIDO	2	-	2
TOTAIS:	953	134	1.087

Fonte: Eletra – Quantitativo Populacional

MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS								
QUANTITATIVO ATIVOS - CV	01/2021			12/2021			MOVIMENTAÇÃO	
PATROCINADORA	CELGPREV	CELGPREV SR	TTL. POR PATROCINADOR	CELGPREV	CELGPREV SR	TTL. POR PATROCINADOR	Entrada no Ano	Saída no Ano
ENEL DISTRIBUIÇÃO (01)	788	102	890	790	116	906	52	36
CELG PAR (10)	1		1	1		1	-	-
ELETRA (02)	14		14	12		12	-	2
G&T (08)	130	19	149	126	18	144	2	7
VIVACOM (14)	22	1	23	14	-	14	-	9
AUTOPATROCINADOS	7	-	7	8	-	8	1	-
BENEFÍCIO DIFERIDO (BPD)	2	-	2	2	-	2	-	-
TOTAIS:	964	122	1086	953	134	1087	55	54
*DEPENDENTES ATIVOS	1.587	-	1.587	1.532	-	1.532	-	55
*DEPENDENTES AUTOPATROCINADO	8	-	8	9	-	9	1	-
*DEPENDENTES BENEFICIO DIFERIDO	4	-	4	4	-	4	-	-

*DEPENDENTES PREVIDENCIÁRIOS

Fonte: Eletra- Movimentação da massa populacional

QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS 12/2021				
ESPECIE	ELETRA 01	CELGPREV	CELGPREV SR	TTL. POR ESPECIE
PENSAO POR MORTE	30	387		417
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	8	143		151
APOSENTADORIA POR IDADE	4	23		27
APOSENTADORIA POR TEMPO SERVIÇO	55	227	5	287
APOSENTADORIA ESPECIAL	7	63		70
APOSENTADORIA ANTECIPADA T SERVIÇO	15	76		91
SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	-	164	43	207
TOTAIS:	119	1.083	48	1.250
*DEPENDENTES ASSISTIDOS	120	883	18	1.021

Fonte: Eletra – Quantitativo Populacional

MOVIMENTAÇÃO DOS ASSISTIDOS								
QUANTITATIVO RECEBEDORES - CV	01/2021			12/2021			MOVIMENTAÇÃO	
ESPECIE	CELGPREV	CELGPREV SR	TTL. POR ESPECIE	CELGPREV	CELGPREV SR	TTL. POR ESPECIE	Entrada no Ano	Saída no Ano
PENSAO POR MORTE	375		375	387		387	21	9
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	146		146	143		143	2	5
APOSENTADORIA POR IDADE	25		25	23		23	-	2
APOSENTADORIA POR TEMPO SERVIÇO	244	5	249	227	5	232	-	17
APOSENTADORIA ESPECIAL	69		69	63		63	-	6
APOSENTADORIA ANTECIPADA T SERVIÇO	80		80	76		76	-	4
SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	160	43	203	164	43	207	4	-
TOTAIS:	1.099	48	1.147	1.083	48	1.131	27	43
*DEPENDENTES ASSISTIDOS	889	17	906	883	18	901	2	7

*DEPENDENTES PREVIDENCIÁRIOS

MOVIMENTAÇÃO DOS ASSISTIDOS				
QUANTITATIVO RECEBEDORES - BD	01/2021	12/2021	MOVIMENTAÇÃO	
ESPECIE	ELETRA 01	ELETRA 01	Entrada no Ano	Saída no Ano
PENSAO POR MORTE	28	30	3	1
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	9	8	-	1
APOSENTADORIA POR IDADE	4	4	-	-
APOSENTADORIA POR TEMPO SERVIÇO	60	55	-	5
APOSENTADORIA ESPECIAL	7	7	-	-
APOSENTADORIA ANTECIPADA T SERVIÇO	16	15	-	1
SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-
TOTAIS:	124	119	3	8
*DEPENDENTES ASSISTIDOS	123	120	-	3

*DEPENDENTES PREVIDENCIÁRIOS

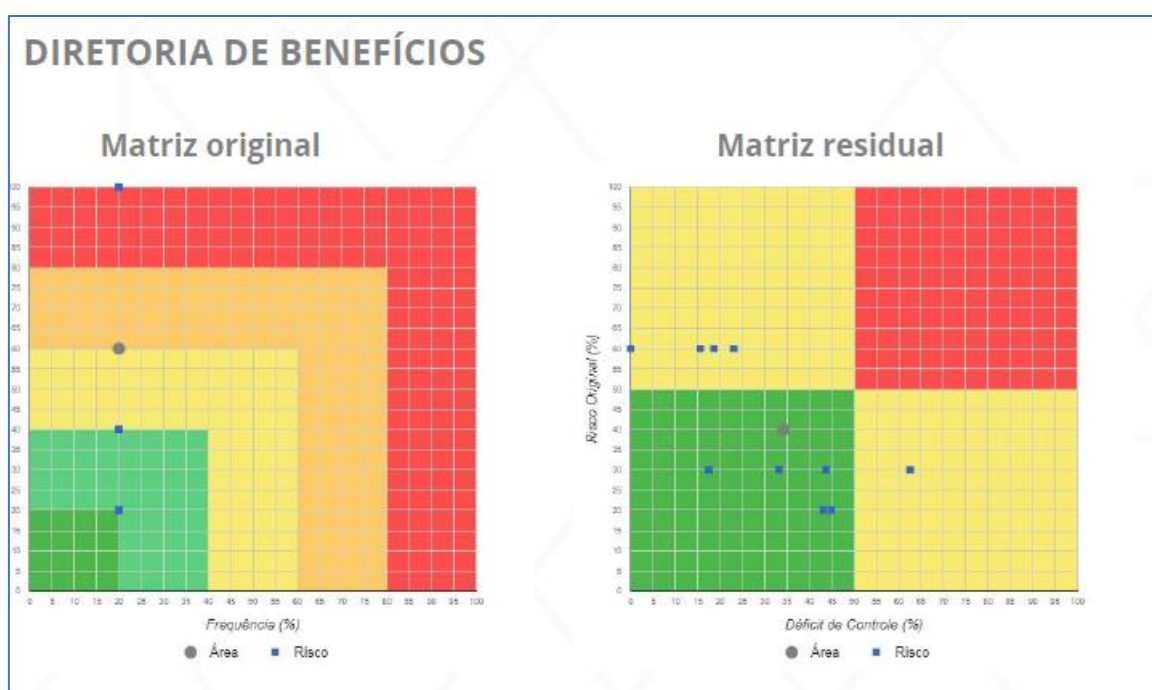
Obs.: informamos que temos, pendente de concessão, 5 (cinco) pensões que aguardam a carta de concessão junto ao INSS.

Comentários:

- Observamos que os valores estão convergentes nos controles internos apresentados, demonstrando controles em relação a movimentação da massa populacional.
- Conforme estabelece no §2º do artigo 18 da Resolução CGPC 13/2004:

§ 2º Os órgãos de governança e gestão da EFPC devem zelar permanentemente pela exatidão e consistência das informações cadastrais.

Portanto, avaliando os pontos de controles em relação a consistência das informações cadastrais, observamos que na avaliação de riscos dos processos relacionados ao cadastro, o impacto dos riscos foi baixo, considerando a sua relevância e frequência.



Descrição	Impacto	Frequência	RO	DC	RR
Risco de cadastro	100,00	20,00	60,00	23,06	13,84

Avaliando, ainda, a qualidade das informações cadastrais, observamos que na Avaliação Atuarial de 2021, realizadas nos Planos, em especial ao Plano BD – Eletra, que por suas características possui maiores exposições aos riscos atuariais, o atuário menciona que a base dados foi submetida a testes de consistências e os dados foram considerados suficientes para cálculo da avaliação atuarial.

- Plano BD - ELETRA:

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Assistidos e pensionistas encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 30.11.2021. As referidas bases de dados foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, isto é, não é possível afirmar se os dados são exatos e verídicos, cabendo, em qualquer hipótese, à Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

Fonte: DA – Avaliação Atuarial de 2021 -

- PLANO CV – CELGPREV

2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 30.11.2021. As referidas bases de dados foram submetidas a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, isto é, não é possível afirmar se os dados são exatos e verídicos, cabendo, em qualquer hipótese, à Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

Fonte: DA – Avaliação Atuarial de 2021 -

2. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS.

2.1. ATIVO LÍQUIDO NO 2º SEMESTRE DE 2021.

Plano BD

Descrição	Exercício de 2021
Ativo Total	R\$ 72.197.793,57
(-) Exigível Operacional	R\$ (341.512,35)
(-) Exigível Contingencial	R\$ (920.973,01)
(-) Fundos Não Previdenciais	R\$ (738.028,08)
Ativo Líquido (AL)	R\$ 70.197.280,13
(-) Provisões Matemáticas	R\$ (86.407.720,00)
(-) Fundos Previdenciais	R\$ -
Resultado	R\$ (16.210.439,87)

Fonte: Balancete do Plano.

Comentários:

- Verificamos que o Ativo Líquido do Plano encerrou o exercício de 2021 com o valor de R\$ 70.197.280,13 e as provisões matemáticas, que representam os compromissos do Plano, com o valor de R\$ 86.407.720,00, gerando um resultado deficitário no Plano de R\$ 16.210.439,87.
- Conforme relatado no Parecer Atuarial emitido pela ocasião da Avaliação Atuarial anual, o déficit com o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021 de R\$ 4.428.242,50, ficou com o Equilíbrio Técnico Ajustado avaliado em R\$ 11.782.197,37:

TABELA 8 - EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(16.210.439,87)
b) Ajuste de Precificação	4.428.242,50
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(11.782.197,37)
Em % das Provisões Matemáticas	13,64%

Fonte: Parecer Atuarial do Plano BD

- Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,92 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 5.115.337,02.
- $\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (9,92 - 4) \times \text{R\$ } 86.407.720,00]$
 $= \text{R\$ } 5.115.337,02$

- Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(11.782.197,37)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	5.115.337,02
c) Parcela do ETA excedente ao Limite (a + b)	(6.666.860,35)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(864.077,20)
e) Mínimo a ser equacionado	(6.666.860,35)

Fonte: Parecer Atuarial do Plano BD

- Vale salientar que o Plano já possui um Plano de Equacionamento em andamento, referente aos exercícios de 2019 e 2020, compreendendo a integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de 31.12.2019, onde todos os assistidos deverão contribuir mensalmente, até março/2034, com importância equivalente a 9,9731% do valor do Benefício Complementar. E para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de 31.12.2020, todos os assistidos deverão contribuir mensalmente, até março/2035, com importância equivalente a 13,5844% do valor do Benefício Complementar.
- No Parecer Atuarial o atuário menciona sobre os riscos atuariais e de solvência do referido Plano, considerando que as provisões matemáticas foram impactadas por efeitos de mudanças de hipóteses e premissas:

*Em síntese, o agravamento do déficit do Plano Eletra 01 em 2021 decorre basicamente das perdas atuariais decorrentes da alteração das hipóteses atuariais e do ajuste de experiência da população no período, **responsáveis por R\$ 7,85 milhões, e da perda financeira, estimada em R\$ 6,73 milhões, que somados equivalem a R\$ 14,58 milhões de perdas, parcialmente compensadas pelo registro da PMAc 2020 no valor de R\$ 10,68 milhões, cujos resultados agregados equivalem a R\$ 3,9 milhões do resultado negativo apurado no exercício (R\$ 4,03 milhões), sendo a diferença de R\$ 0,13 milhão referente à Constituição/Reversão Contingencial.***

Além dos impactos ocorridos pelos ajustes de hipóteses e premissas no Plano, o não atendimento da meta atuarial estabelecida, e ainda a rentabilidade real de (6,57)%, impactou o ativo líquido do Plano, corroborando com a geração do déficit. As rentabilidades nos segmentos de renda variável e imóveis impactaram o resultado, conforme relatado no Item 3 no Capítulo de Investimentos do presente Relatório.

Justificativa da Entidade: A ELETRA está finalizando o processo de contratação de uma consultoria atuarial para a realização de estudos, visando a busca de uma solução estrutural para os déficits que têm sido verificados e equacionados nos últimos anos, que passará, provavelmente, pela revisão das condições regulamentares dos atuais planos de benefícios e a criação de um novo plano de benefícios (na modalidade contribuição definida).

Plano CV

Descrição	Exercício de 2021
Ativo Total	R\$ 678.582.686,92
(-) Exigível Operacional	R\$ (1.686.255,38)
(-) Exigível Contingencial	R\$ (2.882.142,86)
(-) Fundos Não Previdenciais	R\$ (7.297.549,58)
Ativo Líquido (AL)	R\$ 666.716.739,10
(-) Provisões Matemáticas	R\$ (732.250.501,46)
(-) Fundos Previdenciais	R\$ (2.326.655,72)
Resultado	R\$ (67.860.418,08)

Fonte: Balancete do Plano.

Comentários:

- Verificamos que o Ativo Líquido do Plano encerrou o exercício com o valor de R\$ 666.716.739,10, enquanto o Passivo Atuarial (provisões matemáticas + fundos previdenciais), que representam os compromissos do Plano, com o valor de R\$ 734.847.157,18, gerando um resultado deficitário no Plano de R\$ 67.860.418,08.
- Conforme relatado no Parecer Atuarial emitido pela ocasião da Avaliação Atuarial anual, considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2021 (R\$ 22.122.770,00), o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 45.737.648,08:

TABELA 8 - EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(67.860.418,08)
b) Ajuste de Precificação	22.122.770,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(45.737.648,08)
Em % das Provisões Matemáticas (BD)	8,63%

- Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,10 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 27.032.199,94.
- Limite de Déficit Técnico Acumulado = $[1\% \times (9,1 - 4) \times R\$ 530.043.136,00]$ = R\$ 27.032.199,94
- Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 (R\$ 45.737.648,08) é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

- Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 (R\$ 45.737.468,08) é superior ao limite acima estabelecido, **faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.**

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2021.

TABELA 9 - MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(45.737.648,08)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	27.032.199,94
c) Parcela do ETA excedente ao Limite (a + b)	(18.705.448,14)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(5.300.431,36)
e) Mínimo a ser equacionado	(18.705.448,14)

- O agravamento do déficit do Plano CELGPREV em 2021 decorre basicamente da perda atuarial relativa à alteração da hipótese da taxa de juros, responsável por R\$ 26,82 milhões, e da perda financeira total, estimada em R\$ 36,25 milhões, perdas estas compensadas parcialmente pelo ganho do ajuste de experiência da população no período, estimado em R\$ 6,91 milhões, e pela reversão do fundo de desligamento no valor de R\$ 37,84 milhões, cujos resultados agregados revelam R\$ 18,32 milhões de perdas atuariais no período.
- Além do exposto, o Plano não atendeu a meta atuarial (referência) encerrando 2021 com a rentabilidade real de (10,77)%, impactada pelo segmento de renda variável, conforme explanado no item 3 do Capítulo de Investimentos no presente Relatório.

Justificativa da Entidade: A ELETRA está finalizando o processo de contratação de uma consultoria atuarial para a realização de estudos, visando a busca de uma solução estrutural para os déficits que têm sido verificados e equacionados nos últimos anos, que passará, provavelmente, pela revisão das condições regulamentares dos atuais planos de benefícios e a criação de um novo plano de benefícios (na modalidade contribuição definida).

2.2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO CONTÁBIL DE SOLVÊNCIA NO 2º SEMESTRE DE 2021.

PLANO BD

Patrimônio de Solvência	Exercício de 2021
Ativo Total	R\$ 72.197.793,57
(-) Contribuições em Atraso	R\$ -
(-) Exigível Operacional	R\$ (341.512,35)
(-) Exigível Contingencial	R\$ (920.973,01)
(-) Fundos Não Previdenciais	R\$ (738.028,08)
(+) Provisão Matemática a Constituir	R\$ 18.381.278,00
Patrimônio de Solvência	R\$ 88.578.558,13
(-) Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ (104.788.998,00)
Solvência de 1º grau	R\$ (16.210.439,87)
(-) Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ -
Solvência de 2º grau	R\$ (16.210.439,87)
Solvência Líquida	R\$ (16.210.439,87)

Comentário: Verificamos que o Plano está insolvente patrimonialmente com relação às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (assistidos), em decorrência do déficit acumulado. A solvência líquida está representada pelo déficit acumulado já que o Plano não possui fundos previdenciais e contribuições em atraso.

PLANO CV

Patrimônio de Solvência	Exercício de 2021
Ativo Total	R\$ 678.582.686,92
(-) Contribuições em Atraso	R\$ -
(-) Exigível Operacional	R\$ (1.686.255,38)
(-) Exigível Contingencial	R\$ (2.882.142,86)
(-) Fundo Não Previdenciais	R\$ (7.297.549,58)
(+) Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 4.642,00
Patrimônio de Solvência	R\$ 666.721.381,10
(-) Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ (529.053.316,00)
Solvência de 1º Grau	R\$ 137.668.065,10
(-) Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ (203.201.827,46)
Solvência de 2º Grau	R\$ (65.533.762,36)
Solvência Líquida	R\$ (65.533.762,36)

Comentário: Verificamos que o Plano está insolvente patrimonialmente em relação às Provisões Matemáticas BaC (Ativos). A solvência líquida está representada pelo déficit acumulado descontado os fundos previdenciais.

Nota: **Definições:**

Patrimônio de Solvência (PS): Capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem seu patrimônio ou seu ativo. (Glossário - Fundos de Pensão-Coletânea de Normas – SPPC/MPS);

Solvência Líquida: Resultado Acumulado (Superávit ou Déficit) + Fundos Previdenciais – Contribuições em Atraso;

PMBC: Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (assistidos);

PMBAC: Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (ativos);

PS > ou = PMBC: Solvente em 1º grau; PS < PMBC: Insolvente em 2º grau; e

PS> ou =PMBAC: Solvente em 2º grau; PS<PMBAC: Insolvente em 2º grau.

2.3. EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ACUMULADOS DOS PLANOS NO 2º SEMESTRE DE 2021.

PLANO BD

Descrição	Exercício 2021
(+) Adições	R\$ 923.081,65
(-) Deduções	R\$ (8.160.448,40)
(-) Custeio Administrativo	R\$ (43.252,85)
(+) Fluxo dos Investimentos	R\$ 5.825.276,05
(-/+) Constituição/Reversão de Contingências	R\$ (125.650,75)
(-/+) Constituição/Reversão Provisões Atuariais	R\$ (2.450.664,00)
(-/+) Constituição/Reversão de Fundos	R\$ -
Resultado	R\$ (4.031.658,30)
Acumulado	R\$ (16.210.439,87)

Fonte: Balancete do Plano.

Comentários:

- Verificamos que o resultado acumulado do Plano no final de 2021 foi negativo em **R\$ 4.031.658,30** aumentando o Déficit Acumulado para o valor de **R\$ 16.210.439,87**. O resultado foi impactado diretamente pelas deduções (benefícios) e pelas constituições das provisões matemáticas.
- Apesar da rentabilidade negativa e não atendimento da meta atuarial o Plano apresentou um fluxo positivo dos investimentos de R\$ 5.825.276,05.

PLANO CV - CELGPREV

Descrição	Exercício 2021
(+) Adições	R\$ 22.799.197,48
(-) Deduções	R\$ (49.044.316,98)
(-) Custeio Administrativo	R\$ (2.768.302,93)
(+) Fluxo dos Investimentos	R\$ 24.758.055,76
(-/+) Constituição/Reversão de Contingências	R\$ 4.319.954,06
(-/+) Constituição/Reversão Provisões Atuariais	R\$ (51.976.560,20)
(-/+) Constituição/Reversão de Fundos	R\$ 34.831.170,62
Resultado	R\$ (17.080.802,19)
Acumulado	R\$ (67.860.418,08)

Fonte: Balancete do Plano.

Comentários:

- Verificamos que o resultado acumulado do Plano no final de 2021, foi deficitário em **R\$ 17.08.802,19** aumentando o Déficit Acumulado para o valor de **R\$ 67.860.418,08**. O resultado foi impactado diretamente pelas deduções (benefícios) e pelas constituições das provisões matemáticas.

- Apesar da rentabilidade negativa e não atendimento da meta atuarial o Plano apresentou um fluxo positivo dos investimentos de R\$ 24.758.055,76.

2.4. FLUXO OPERACIONAL PREVIDENCIAL NO 2º SEMESTRE DE 2021.

Fluxos	BD	CV - CELGPREV
ENTRADAS	R\$ 919.789,82	R\$ 22.696.800,41
Contribuições Normais	R\$ 287.267,35	R\$ 22.696.800,41
Contribuições Extraordinárias	R\$ 632.522,47	R\$ -
SAÍDAS	R\$ (8.160.448,40)	R\$ (49.044.316,98)
Benefícios de Prestação Continuada	R\$ (8.160.448,40)	R\$ (44.918.221,11)
Institutos (resgates+portabilidades)	R\$ -	R\$ (4.126.095,87)
Fluxo Líquido	R\$ (7.240.658,58)	R\$ (26.347.516,57)

Fonte: Balancetes dos Planos.

Comentários:

- Verificamos que o Fluxo Operacional foi negativo nos dois Planos, ou seja, as contribuições não cobrem os valores relacionados aos pagamentos de benefícios e institutos.
- A diferença do fluxo previdencial negativo deve ser coberto pela liquidez/retorno dos investimentos.
- No Plano BD a maior entrada de recursos se referem as contribuições extraordinárias decorrente dos equacionamentos dos déficits de 2019 e 2020.

2.5 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021

- **Comentário:** Identificamos saldos contábeis registrados em provisões de contingências, nos balancetes dos Planos BD e CV, referente aos expurgos inflacionários, no valor de R\$ 920.973,01 e R\$ 2.882.142,86, respectivamente. A entidade respondeu o que segue sobre a atual situação das demandas judiciais com relação aos êxitos em favor da Entidade:

Nos últimos anos, a ELETRA conseguiu reverter a jurisprudência desfavorável e consolidar o êxito nas ações em que os autores (ex-participantes e assistidos) pleiteavam a aplicação dos expurgos inflacionários sobre as suas reservas de poupança e benefícios. Tal cenário possibilitou a significativa redução do número de processos nos quais a Fundação figura como parte (de 182, em 31/12/2018, para 60, em 31/12/2021, sendo que em apenas 47 deles a ELETRA está no polo passivo).

3. EVOLUÇÃO DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS.

Acerca das hipóteses e premissas utilizadas nos Planos de Benefícios, destacamos as nossas análises realizadas com base na Avaliação Atuarial de 2021, conforme estabelecido nas Resoluções CNPC 015/2014, e CNPC 030/2018, bem como dos Pareceres e Laudos Atuariais.

Destacamos que nos Planos, as hipóteses e premissas utilizadas pelo atuário do Plano são àquelas propostas na Avaliação Atuarial de 2021, conforme aquelas apresentadas nos documentos de controles internos acerca dos eventos ocorridos.

- PLANO BD-ELETRA

a) HIPÓTESES E PREMISSAS

Item	AA 2021	AA 2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa real anual de juros ¹	4,63% a.a.	4,96% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M
Tábua de Entrada em Invalidez ²	-	-
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 57 Forte	IAPB 57 Forte
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas ³	-	-
Hipóteses sobre rotatividade anual ²	-	-
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	-	-
Crescimento real anual esperado dos salários ²	-	-
Inflação anual futura estimada	4,04% a.a.	3,17% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (fator de capacidade) ⁴	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850

¹ Adotada no desconto a valor presente.
² Hipótese não utilizada. Não há massa de participantes ativos
³ Hipótese não utilizada. Os cálculos são realizados considerando a composição familiar real.
⁴ Fator determinado com base em inflação média projetada variável de 3% a 4%. Mantido em razão da imaterialidade da alteração.

Conforme informado no Parecer Atuarial do Plano, as hipóteses e premissas que foram avaliadas mediante Estudos específicos, e o resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, ocorreu na hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 4,96% a.a. para 4,63% a.a. e a tábua de mortalidade geral alterada da AT 2000 Basic M para AT 2000 M&F, sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021.

O impacto atuarial nas provisões matemáticas referente as alterações foram de R\$ 7.420.619,00.

Apesar do impacto no passivo atuarial a legislação estabelece que as hipóteses e premissas deve estar o mais aderente as características e massa populacional dos Planos.

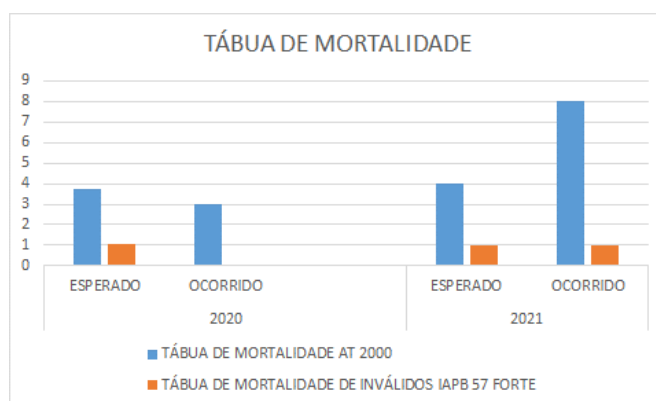
TÁBUAS BIOMÉTRICAS

A tabua de mortalidade foi ajustada em função que para 2021, eram esperadas 4 mortes em média de válidos, tendo sido registrados 8 óbitos no mesmo período, dos quais 2 foram por COVID-19, segundo informado pela entidade. Em que pese o número de óbitos ocorridos em 2021 ter superado os óbitos esperados, mesmo sem considerar os óbitos por COVID, essa divergência não foi observada de forma constante em anos anteriores, razão pela qual não se recomenda, no momento, a substituição da tábua vigente por outra mais agravada, cabendo o acompanhamento regular dessa hipótese.

As mortes ocorridas acima do previsto pela tábua de mortalidade geram ganhos atuariais para o plano, em maior ou menor escala, dependendo do perfil etário do beneficiário e de quantas geraram de fato reversão em pensão.

Avaliando os resultados, entre o esperado e ocorrido em 2021, sobre os eventos relacionados as tábuas biométricas, podemos observar que os eventos ficaram acima do previsto:

		2020			2021	
		ESPERADO	OCORRIDO		ESPERADO	OCORRIDO
TÁBUA DE MORTALIDADE	AT 2000	3,71	3	AT 2000 Basic, segregada por sexo	4	8
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	IAPB 57 FORTE	1,09	0	IAPB 57 FORTE	1	1

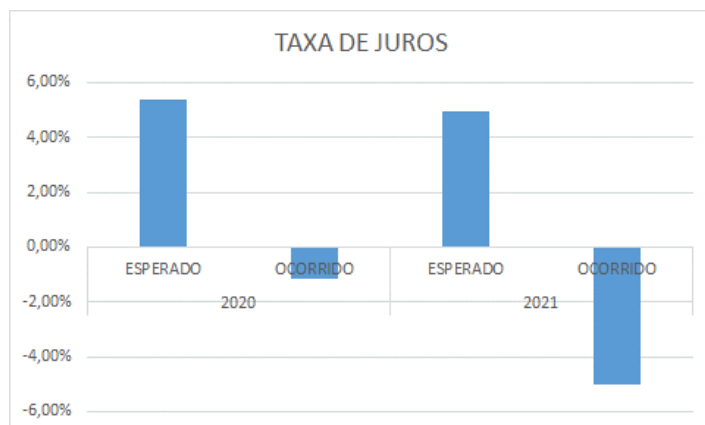


TAXA DE JUROS

A rentabilidade nominal acumulada do 2º Semestre de 2021 foi de -5,02% enquanto a meta atuarial de INPC + 4,96% totalizou 15,62%, e a taxa real descontada a meta atuarial foi de -6,57%, demonstrando que o Plano no Consolidado não atendeu a referida meta atuarial.

2020		2021	
ESPERADO	OCORRIDO	ESPERADO	OCORRIDO
5,39%	-1,17%	4,96%	-5,02%

(*) Ocorrido: taxa nominal



- PLANO CD – CELGPREV

a) HIPÓTESES E PREMISSAS

Item	AA 2021	AA 2020
Indexador Econômico do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
Taxa real anual de juros ¹	4,46% a.a.	5,07% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)	AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927 D50%	TASA 1927 D50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 85 M&F	MI 85 M&F
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas	Ativos: Composição Familiar Padrão ² Assistidos: Família Real	Ativos: Composição Familiar Padrão ² Assistidos: Família Real
Hipóteses sobre rotatividade anual	3% a.a.	3% a.a.
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Não Utilizada	Não Utilizada
Crescimento real anual esperado dos salários	1,32% a.a.	1,32% a.a.
Inflação anual futura estimada	4,04% a.a.	3,17% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (fator de capacidade) ³	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,9850

¹ Adotada no desconto a valor presente.

² Considera-se que 70% dos participantes possuem dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioridade do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos.

³ Fator determinado com base em inflação média projetada variável de 3% a 4%. Mantido em razão da imaterialidade da alteração.

Conforme informado no Parecer Atuarial do Plano, as hipóteses e premissas que foram avaliadas mediante Estudos específicos, Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais, a hipótese da taxa de juros atuarial foi reduzida de 5,07% a.a. para 4,46% a.a., sendo mantidas as demais hipóteses atuariais adotadas na última avaliação atuarial, consideradas válidas e adequadas para a avaliação atuarial de 2021.

O impacto atuarial nas provisões matemáticas referente as alterações foram de R\$ 26.821.749.

Apesar do impacto no passivo atuarial a legislação estabelece que as hipóteses e premissas deve estar o mais aderente as características e massa populacional dos Planos.

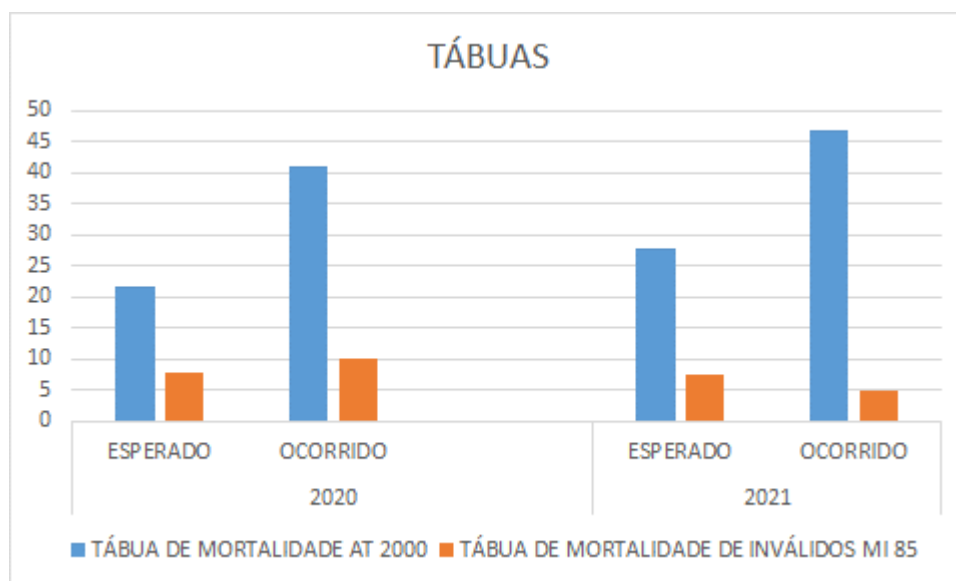
TÁBUAS BIOMÉTRICAS

Para 2021, eram esperadas 28 mortes de válidos, em média, tendo sido registrados 47 no mesmo período, sendo 16 por COVID-19, conforme informado pela entidade. Em que pese o número de óbitos ocorridos em 2021 ter superado os óbitos esperados, decorrente basicamente em função dos óbitos por COVID, essa significativa divergência não foi observada em anos anteriores a pandemia, razão pela qual não se recomenda, no momento, a substituição da tábua vigente por outra mais agravada, cabendo o acompanhamento regular dessa hipótese.

As mortes ocorridas acima do previsto pela tábua de mortalidade podem gerar ganhos atuariais para o plano, em maior ou menor escala, dependendo do perfil etário do beneficiário e de quantas de fato foram revertidas em pensão, principalmente, entre os assistidos.

Avaliando os resultados, entre o esperado e ocorrido em 2021, sobre os eventos relacionados as tábuas biométricas, podemos observar que os eventos ficaram acima do previsto:

		2020			2021	
		ESPERADO	OCORRIDO		ESPERADO	OCORRIDO
TÁBUA DE MORTALIDADE	AT 2000	21,66	41	AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)	28	47
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	MI 85	7,9	10	MI 85 M&F	7,51	5

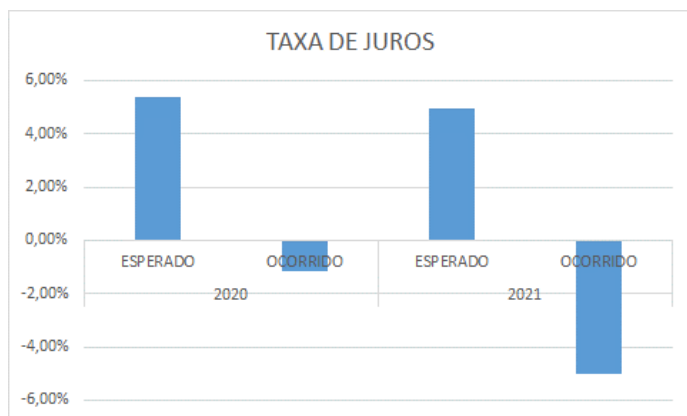


TAXA DE JUROS

A rentabilidade nominal acumulada do 2º Semestre de 2021 foi de -5,02% enquanto a meta atuarial de INPC + 4,46% totalizou 15,75%, e a taxa real descontada a meta atuarial foi de -10,77%, demonstrando que o Plano no Consolidado não atendeu a referida meta atuarial.

2020		2021	
ESPERADO	OCORRIDO	ESPERADO	OCORRIDO
5,44%	-1,52%	5,07%	-4,62%

(*) Ocorrido: taxa nominal



Vale salientar, que este Conselho Fiscal emitiu Parecer específico acerca das hipóteses e premissas conforme estabelece o art. 37 da resolução do CNPC nº 30, de 2018.

4. RISCO ATUARIAL.

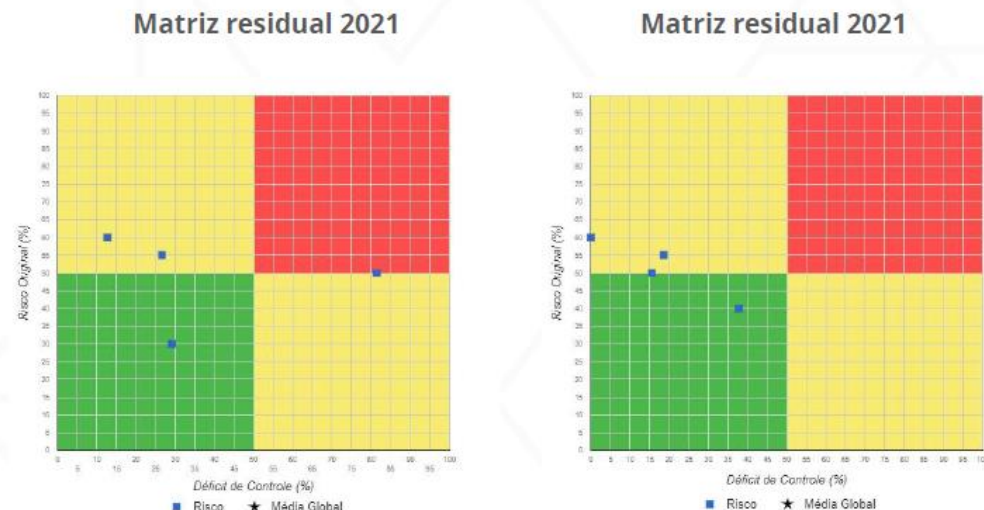
Conforme estabelece a Resolução CNPC 30/2018, e o Guia da PREVIC – Melhores Práticas Atuariais, os riscos atuariais devem ser mensurados, acompanhados e mitigados constantemente pela Entidade. Além do exposto, o Conselho Fiscal dentro do seu papel na Governança Corporativa deverá atestar a existência dos controles internos no monitoramento dos referidos riscos, garantindo o adequado gerenciamento dos riscos atuariais de cada plano, na forma destacada nos artigos 13 e 39 da referida Resolução:

Sobre as demais hipóteses e premissas, bem como no que se refere ao monitoramento e controles internos para mitigação dos riscos atuariais envolvidos realizamos as seguintes análises, considerando o disposto no Guia das Melhores Práticas Atuariais da PREVIC e o art.39 citado:

- Controle risco operacional: referente aos processos da gestão do cadastro, de arrecadação (controle das contribuições), concessões de benefícios, e demais itens envolvendo os processos da gestão e operação dos Planos previdenciários;
- Controle de Hipóteses e Premissas atuariais
- Controle do Plano de Custeio
- Controle das provisões matemáticas e Fundos Previdenciais
- Demais itens que possam impactar o risco atuarial.

A Entidade apresentou os seguintes controles mediante Matriz de Riscos desenvolvida pela Empresa PFM Consultoria:

4.3 Riscos Atuariais/Previdenciais



Descrição	Avaliação 2021			Avaliação 2020		
	RO	DC	RR	RO	DC	RR
Risco de baixa cobertura de renda futura	30,00	29,13	8,74	40,00	37,84	15,14
Risco de cadastro	55,00	26,61	14,64	55,00	18,60	10,23
Risco de provisão	50,00	81,43	40,72	50,00	15,60	7,80
Risco técnico	60,00	12,67	7,60	60,00	0,00	0,00

Foram dispostas as seguintes considerações sobre os riscos calculados:

Os riscos da categoria atuarial normalmente possuem um valor de risco original de médio a alto, o que indica que estes devem ser continuamente monitorados, na Eletra estes riscos não sofreram alterações significativas de risco original, conforme podemos observar nos dados dos gráficos e tabela acima.

Os riscos técnicos e de provisão são riscos com controles regulamentares obrigatórios e na maioria das vezes não possui alto risco residual pela aderência aos requisitos de controles, porém observamos que o risco de provisão apresentou um aumento significativo em seu déficit de controle quando comparado ao ciclo anterior, porém analisamos as repostas do gestor responsável pelo controle de provisionamento atuarial e apesar da Eletra não ter uma instrução de como deve ser feito esse provisionamento, existem documentos como a Nota Técnica Atuarial e o Parecer a Atuarial que definem os parâmetros que devem ser adotados para a elaboração ou atualização dos cálculos das provisões técnicas, portanto concluímos que o controle atende aos requisitos de boas práticas.

Salientamos que os riscos avaliados não verificaram os pontos de controles e riscos mitigados dos processos operacionais com o foco no risco atuarial, e ainda as hipóteses e premissas, bem como a solvência dos Planos.

Como a Resolução cita que este Conselho Fiscal deve avaliar os pontos de controles na mitigação dos riscos atuariais, mediante fundamentação e documentação comprobatória, entendemos que apesar dos monitoramentos dos riscos atuariais apresentados, salientamos que devem ser apresentados os controles relacionados anteriormente, bem como o monitoramento dos riscos mitigados.

R4-Recomendações:

Apresentar a este Conselho Fiscal os controles pontuados, com as devidas fundamentações e documentação comprobatória de minimização dos riscos atuariais, na forma especificada na Resolução.

- Controle risco operacional: referente aos processos da gestão do cadastro, de arrecadação (controle das contribuições), concessões de benefícios, e demais itens envolvendo os processos da gestão e operação dos Planos previdenciários;
- Controle de Hipóteses e Premissas atuariais
- Controle do Plano de Custeio
- Controle das provisões matemáticas e Fundos Previdenciais
- Demais itens que possam impactar o risco atuarial

Justificativa da Entidade:

- Controle risco operacional: referente aos processos da gestão do cadastro, de arrecadação (controle das contribuições), concessões de benefícios, e demais itens envolvendo os processos da gestão e operação dos Planos previdenciários;

Além da auditoria anual, efetivada pela auditoria independente (cópia do relatório anexa) e da avaliação contínua dos controles internos adotados pela Fundação, pela consultoria contratada (PFM), que alcançam, também, os controles adotados pela entidade em relação àqueles processos, a Eletra realiza, periodicamente, auditorias específicas no cadastro e benefícios.

- Controle de Hipóteses e Premissas atuariais

Embora a atual regulação exija, com exceção dos juros (que devem ser revistos atualmente), uma revisão das demais hipóteses e premissas atuariais com uma periodicidade trienal, a Eletra, anualmente, faz estudos de adequação das mesmas (cópia do último estudo anexa).

- Controle do Plano de Custeio

Os planos de custeio são revistos, anualmente, com base em pareceres atuariais.

- Controle das provisões matemáticas e Fundos Previdenciais

As provisões matemáticas e os fundos previdenciais são reavaliados, de forma contínua, pelo atuário responsável pelos planos de benefícios da Eletra.

- Demais itens que possam impactar o risco atuarial

À princípio, não identificamos outros.

5. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO ATUARIAL.

O Capítulo Atuarial foi elaborado conforme a seguinte Matriz:

ITENS DE ANÁLISES	REFERENCIAL NORMATIVO/GUIAS PREVIC
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS	
2) ATUARIAL	
2.1 - Massa abrangida/População dos planos (Estatísticas) por plano	RES/CNPC 30/2018, art.18 da RES/CGPC 13/2004, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.2 - Benefícios Concedidos por plano (Estatística)	RES/CNPC 30/2018, § 2º do art.18 da RES/CGPC 13/2004, e Guia PREVIC de melhores Práticas Atuariais
2.3 - Evolução do Ativo Líquido dos planos	RES/CNPC 30/2018, RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.4 - Evolução do Passivo Atuarial (Prov.Matemáticas e Fundos Previd) so	RES/CNPC 30/2018, RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.5 - Evolução dos resultados contábeis dos planos	RES/CNPC 30/2018, RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.6 - Evolução do Patrimônio de Solvência dos planos	RES/CNPC 30/2018, RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.7 - Evolução da Liquidez dos planos	RES/CNPC 30/2018, RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.8 - Fluxo Operacional Previdencial	RES/CNPC 30/2018, RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.8 - Análise das aderências das premissas e hipóteses	RES/CNPC 30/2018, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.9 - Análise de Estudos de hipóteses e premissas	RES/CNPC 30/2018, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.10 - Análise do Exigível contingencial dos Planos (Gestão Previdencial)	RES/CNPC 43/2021 e INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contabilidade
2.11-Distribuição de Superávit ou Equacionamento de Déficit	Resolução CNPC 30/2018, Resolução CNPC 43/2021, INPREVIC 31/2020 e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.12 - Relatórios de Fiscalizações e Auditorias	Guia PREVIC de Melhores Práticas "SBR" e Guia de Melhores Práticas Contábeis "Auditoria Independente", Resolução CNPC 44 de 2021.
2.13 - Riscos Atuariais	RES/CNPC 30/2018 e Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais
2.14 - Compliance legal na atividade atuarial e de benefícios	RES/CNPC 30/2018 e Guia PREVIC de melhores Práticas Atuariais
2.15 - Manifestação do Conselho Fiscal Premissas e Taxa de Juros	Resolução CNPC 30/2018

6.MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS E RESULTADOS DOS PLANOS NO 2º SEMESTRE DE 2021.

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, concluímos que na ELETRA, **no 2º Semestre de 2021**, as Premissas e Hipóteses Atuariais conforme os balancetes e avaliações atuariais, bem como os Resultados Patrimoniais dos Planos de Benefícios, com relação aos compromissos e obrigações dos Planos BE-ELETRA e CELG-PREV os mesmos não estavam equilibrados patrimonialmente no período analisado.

Quanto ao cumprimento do art. 39 da Resolução do CNPC 30, de 2018, sobre os controles internos na mitigação dos riscos atuariais, este Conselho pode atestar parcialmente, as evidências que pudessem demonstrar os controles envolvendo os riscos atuariais na forma citada na Norma e no Guia das Melhores Práticas Atuariais.

Devem, ainda, serem considerados os comentários e a Matriz de Providências apresentada neste capítulo.

Brasília/DF:

Conselho Fiscal da ELETRA.

Presidente: Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior

Membro Titular: Antônio Jesus Galdiano Júnior

Membro Titular: Ednilson Alves da Silva

Membro Titular: Cássio Pereira Vieira

IV. ORÇAMENTO: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal com base na documentação disponibilizada pela ELETRA, avaliou o resultado da Execução Orçamentária, referente ao **2º Semestre de 2021:**

1.EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO NO 2º SEMESTRE DE 2021

1.1 PLANO BD-ELETRA:

	Realizado Dez/21	Orçado Dez/21
<u>RECEITAS</u>		
Programa Previdencial	879.829	866.873
Contribuições Patrocinador	-	-
Contribuições Participante (*)	247.306	241.571
Contribuições Extraordinárias	632.522	625.302
Programa de Investimentos	5.806.000	6.218.393
Renda Fixa	6.870.077	4.708.844
Renda Variável	-1.690.449	567.459
Invest Estruturados	670.897	620.269
Invest Exterior	-	130.815
Invest imobiliários	-83.541	160.415
Empréstimos	39.017	30.591
Total Geral das Receitas	6.685.829	7.085.266
<u>DESPESAS</u>		
Programa Previdencial	10.736.763	9.122.093
Aposentadorias	7.025.823	7.118.591
Pensões	1.134.625	960.693
Devolução de Contribuições	-	-
Constituição de Contingências	125.651	123.945
Atualização Reservas Matemáticas	2.450.664	918.864
Fundo Previdencial	-	-
Programa de Investimentos	19.276	26.562
Relacionados com disponível	17.246	18.825
Outros	36.521	7.737
Total Geral das Despesas	10.717.488	9.148.655

Comentários:

- Observamos que as receitas ocorreram 1,49% acima do previsto, e as despesas 17,7% acima do previsto, cabendo justificativas a este Conselho Fiscal.
- Além do exposto, observamos que alguns valores realizados não coincidem com os valores expressos no balancete do Plano, como o valor das contribuições normais, rubricas de despesas de benefícios e outras, porém foram prestados os seguintes esclarecimentos pela área:

Receitas: É a soma das contas de adições contribuições dos assistidos (3.01.01.03.02.01) e provisão (3.01.01.08.02.00) (-) conta custeio administrativo (3.04.02.01). O asterisco apresentado em receitas refere-se a informação do abatimento da conta custeio administrativo nas receitas.

Despesas: A soma dos valores apresentados no quadro acima em aposentadoria e pensão por morte é o mesmo resultado da conta 3.02 do balancete posicionado em 31/12/21; bem como os valores apresentados em constituição de contingências que a soma da conta 3.03 e atualização reservas matemáticas conta 3.06, todas posicionadas em 31/12/21.

Com relação ao valor apresentado na linha outros e a soma das contas 5.03 e 5.07 posicionadas em 31/12/21.

1.2. PLANO CV- CELGPREV

	Realizado Dez/21	Orçado Dez/21
RECEITAS		
Programa Previdencial	20.030.895	18.793.204
Contribuições Patrocinador (*)	9.692.389	9.396.602
Contribuições Participante (*)	10.338.506	9.396.602
Operações contrat Patrocinadora	-	-
Programa de Investimentos	25.140.139	54.187.963
Renda Fixa	43.414.550	36.380.814
Renda Variável	-26.744.835	9.877.540
Invest Estruturados	6.554.677	5.333.876
Invest Exterior	-	660.385
Invest imobiliários	1.117.178	1.627.788
Empréstimos	798.569	307.561
Total Geral das Receitas	45.171.034	72.981.168
DESPESAS		
Programa Previdencial	61.869.753	78.727.170
Aposentadorias	33.045.739	33.881.233
Pensões	11.872.483	10.842.287
Devolução de Contribuições (**)	4.126.096	5.372.015
Constituição de Contingências	-4.319.954	1.054.113
Atualização Reservas Matemáticas	51.976.560	24.464.857
Fundo Previdencial	-34.831.171	3.112.665
Programa de Investimentos	382.083	351.468
Relacionados com disponível	196.129	191.577
Outros	185.954	159.892
Total Geral das Despesas	62.251.836	79.078.639
RESULTADO	-17.080.802 -	6.097.471

- **Comentários:**

- Observamos que as receitas ocorreram 6,59% acima do previsto, e as despesas 21,41% abaixo do previsto, cabendo justificativas a este Conselho Fiscal.
- Além do exposto, observamos que alguns valores realizados não coincidem com os valores expressos no balancete do Plano, como o valor das contribuições normais, rubricas de despesas de benefícios e outras, porém foram prestados os seguintes esclarecimentos pela área:

Receitas: É a soma das contas de adições contribuições (3.01.00.00.00.00) (-) conta custeio administrativo (3.04.00.00). O asterisco apresentado em receitas refere-se a informação do abatimento da conta custeio administrativo nas receitas. Já o asterisco em devolução de contribuições refere-se a uma portabilidade efetuada em vez de resgate.

Despesas: A soma dos valores apresentados no quadro acima em aposentadoria e pensão por morte é o mesmo resultado da conta 3.02.01 do balancete posicionado em 31/12/21; bem como o valor apresentado na linha devolução de contribuições é o mesmo resultado da conta 3.02.03; bem como os valores apresentados em constituição de contingências que a soma da conta 3.03; atualização reservas matemáticas conta 3.06; linha fundo Previdencial conta 3.07 todas posicionadas em 31/12/21.

Com relação ao valor apresentado na linha outros e a soma das contas 5.03 e 5.07 posicionadas em 31/12/21.

1.3. PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

Descrição	Realizado Dez/21	Orçado Dez/21
(+) 1. Receitas	3.142.494	2.933.011
Contribuição para Custeio - Patrocinadoras	1.156.333	1.107.745
Contribuição para Custeio - Participantes	1.652.098	1.579.911
Custeio administrativo - Investimento	-	-
Taxa de Administração de Empréstimo	-	-
Variação Positiva dos Investimentos	330.938	245.355
Outras	3.126	-
(-) 2. Despesas	4.524.229	4.495.289
Pessoal e Encargos	2.672.521	2.718.398
Treinamentos/Congressos e Seminários	12.278	40.127
Viagens e Estádias	5.801	71.480
Certificação	2.523	5.886
Serviços de Terceiros(*)	1.192.316	1.033.183
Despesas Gerais(**)	374.077	345.834
Depreciações	56.319	56.547
Tributos	208.394	223.835
(-) 3. Outros	-	-
(=) 4. Decréscimo do Fundo Administrativo (1-2-3)	-1.381.735	- 1.562.278

(*) A diferença acentuada apresentada refere-se aos serviços contratos no mês Rodarte Consultoria; Santos Belvaqua e Aditus Consultoria;

(**) A diferença acentuada apresentada refere-se ao provisionamento da despesa com aluguel período Nov/21 a Jan/22 no valor total de R\$ 37.760,22 pagos em Nov/21 e taxas judiciais;

• Comentários:

- Observamos que as receitas ocorreram 7,14% acima do previsto, e as despesas 0,64% acima do previsto.
- Observamos que alguns valores realizados não coincidem com os valores expressos no balancete do PGA, tais como: Contribuição para Custeio – Participantes e Despesas de Pessoal/Encargos, porém foram prestados os seguintes esclarecimentos pela área:

Receitas: Com relação a contribuição para custeio - participantes a mesma é a soma das contas 4.01.01.01.03.01 (contribuição para custeio); 4.01.01.04 (autopatrocinados) e 4.01.01.05 (participantes em BPD) do balancete posicionado em 31/12/21;

Despesas: Com relação a despesas com pessoal/encargos a mesma é a soma das contas 4.02.01.01.02 (dirigentes); 4.02.01.01.03 (pessoal próprio) e 4.02.01.01.03.04 (certificações) do balancete posicionado em 31/12/21

Com relação ao valor apresentado na linha outros e a soma das contas 5.03 e 5.07 posicionadas em 31/12/21.

1.4 – INVESTIMENTOS.

- **Comentário:** Foram disponibilizadas as informações referentes à Gestão dos Investimentos, do Plano Administrativo (PGA). Este item orçamentário é facultativo, não existe normativo com sua obrigatoriedade.

2. COMENTÁRIOS GERAIS:

- O Orçamento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo;
- Foram disponibilizados os controles e acompanhamentos da execução orçamentária (orçado x realizado) da Gestão Previdencial, Gestão Administrativa.
- O Orçamento da Gestão Administrativa foi elaborado em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 29, de 2009 e dos Planos em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 2004 (art.16, § 1º).

3. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO ORÇAMENTO.

O Capítulo do Orçamento foi elaborado conforme a seguinte Matriz:

ITENS DE ANÁLISES	REFERENCIAL NORMATIVO/GUIAS PREVIC
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS	
3) ORÇAMENTO	
3.1 - Nota Técnica Orçamentária (critérios quantitativos e qualitativos)	§1º do art. 16 da RES/CGPC 13/2004 e RES/CGPC 29/2009.
3.2 - Controles da execução orçamentária (orçado x realizado)	Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
3.2.1 - Gestão Previdencial	§1º do art. 16 da RES/CGPC 13/2004.
3.2.2 - Gestão Administrativa (PGA)	RES/CNPC 48/2021, RES/CNPC 43/2021
3.2.3 - Gestão dos Investimentos	§1º do art. 16 da RES/CGPC 13/2004 e RES/CGPC 29/2009.
3.4 - Compliance legal na elaboração e execução do orçamento	§1º do art. 16 da RES/CGPC 13/2004 e RES/CGPC 29/2009.

4. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º SEMESTRE DE 2021.

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, concluímos que no **2º Semestre de 2021**, foram disponibilizados os controles da execução orçamentária da Gestão Previdencial e da Gestão Administrativa, atendendo ao §1º, do artigo 16, da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004 e a Resolução do CGPC 29, de 31 de agosto de 2009, com relação ao Orçamento Administrativo. Excetuando os itens com recomendações.

Com referência ao art.12 da Resolução do CGPC nº 29, de 2009, em relação aos critérios quantitativos e qualitativos do orçamento administrativo, os mesmos encontram-se na Nota Técnica Orçamentária aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Devem ser considerados os comentários e as recomendações apresentadas neste capítulo.

Conselho Fiscal da ELETRA

Presidente: Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior

Membro Titular: Antônio Jesus Galdiano Júnior

Membro Titular: Ednilson Alves da Silva

Membro Titular: Cássio Pereira Vieira

V.PGA:PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal com base na documentação disponibilizada pela ELETRA, avaliou o resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) em consonância com as Resoluções do CNPC 43/2021 e artigo 12 da resolução do CGPC 29/2009, referente ao **2º Semestre de 2021.**

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA:

1. ATIVO LÍQUIDO DO PGA NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.

Descrição	Exercício 2021
Ativo Total	R\$ 9.595.449,23
(-) Exigível Operacional	R\$ (520.975,70)
(-) Exigível Contingencial	R\$ (1.963.939,77)
Ativo Líquido (AL)	R\$ 7.110.533,76
(-) Fundo Administrativo	R\$ (7.110.533,76)
Resultado	R\$ -

Fonte: Balancete do PGA.

- **Comentário:** Verificamos que o Ativo Líquido do PGA encerrou o exercício com o valor R\$ 7.110.533,76, correspondendo ao Fundo Administrativo no mesmo valor.

2. FONTE E USO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.

Descrição	Valor	Despesas Administrativas	Valor
Previdencial (Planos)	R\$ 2.811.555,78	Administração dos Planos	R\$ (4.524.227,82)
Investimentos (Custeio)	R\$ -	Total Despesas Corrente	R\$ (4.524.227,82)
Taxa Administrativa Empréstimos	R\$ -		
Resultado Invest. Administrativos	R\$ 330.938,03		
Outras + Receitas Diretas)	R\$ -	Contingências Administrativas	R\$ -
Total	R\$ 3.142.493,81	Total	R\$ (4.524.227,82)
		(Fontes - Despesas)	R\$ (1.381.734,01)
		Reversão do Fundo Adm.	R\$ 1.381.734,01

Fonte: Balancete do PGA.

- **Comentário:** Verificamos que as fontes de recursos para o custeio administrativo em 2021 não foram suficientes para cobertura das despesas administrativas, com reversão do Fundo Administrativa do PGA, no valor de **R\$ 1.381.734,01.**

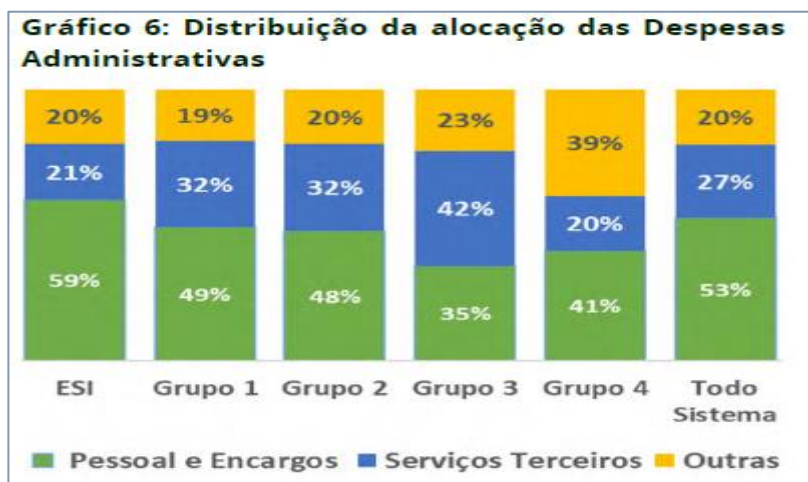
3. DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.

Despesas Administrativas		Exercício de 2021	PART.
Total das Despesas		R\$ 4.524.227,82	100,00%
Pessoal e Encargos	R\$	2.675.043,29	59,13%
Treinamentos/Congressos e Seminários	R\$	12.278,00	0,27%
Viagens e Estadias	R\$	5.800,78	0,13%
Serviços de Terceiros	R\$	1.192.316,06	26,35%
Despesas Gerais	R\$	374.076,84	8,27%
Depreciações e Amortizações	R\$	56.318,65	1,24%
Tributos	R\$	208.394,20	4,61%

Comentários:

- A despesa com Pessoal/Encargos representou **59,13%** das despesas administrativas totais, seguida de Serviços de Terceiros com **26,35%**.
- Se considerarmos o Estudo da PREVIC sobre as Despesas Administrativas de 2020, conforme tabelas abaixo, a ELETRA está alocada **no Grupo “2”**, nesse Grupo a participação das despesas com Pessoal/Encargos o Indicador foi de **48%** e de Serviços de Terceiros foi de **32%**. Assim, em relação ao Indicador de Pessoal/Encargos da PREVIC a Entidade não estaria aderente. No Indicador de Serviços de Terceiros estaria aderente a PREVIC.

Grupos de EFPC	Classificação por Ativo Total (R\$)	Qtde EFPC	Qtde Planos	População	Ativo Total (R\$ Bilhões)	Despesas Adm.	Média Receita Per Capita
Não-ESI	Grupo 4	Até 100 milhões	30	39	50.800	1,08	0,07
	Grupo 3	100 a 500 milhões	68	111	320.554	20,44	0,15
	Grupo 2	500 a 2 bilhões	85	221	791.588	93,81	0,44
	Grupo 1	Acima de 2 bilhões	57	576	1.349.976	266,96	1,00
ESI		17	139	1.171.371	667,92	1,50	1,37
TOTAL		257	1086	3.684.289	1.050,21	3,23	3,01



- Detalhamento de Serviços de Terceiros:

DESCRIÇÃO	2021	ALOCÇÃO
CONSULTORIA ATUARIAL	R\$ 140.515,44	11,79%
CONSULTORIA CONTÁBIL	R\$ 25.376,42	2,13%
CONSULTORIA JURÍDICA	R\$ 123.643,17	10,37%
SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO	R\$ 49.429,51	4,15%
INFORMÁTICA	R\$ 664.070,21	55,70%
AUDITORIA ATUARIAL/BENEFIC IOS	R\$ 4.860,00	0,41%
AUDITORIA CONTÁBIL	R\$ 0,00	0,00%
CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	R\$ 66.412,02	5,57%
OUTRAS	R\$ 118.009,29	9,90%
TOTAL	1.192.316,06	100,00%

Comentário: A despesa com Informática teve maior impacto nas despesas com Serviços de Terceiros, com 55,70% de representatividade, devendo ser detalhada ao Conselho Fiscal, considerando a sua materialidade. A rubrica outras não demonstra o detalhamento no balancete do PGA, cabendo o detalhamento a este Conselho. Além do exposto, salientamos que conforme prevê o art.18 da IN/PREVIC nº 31, de 2020, o registro das despesas diretas dos investimentos pode ser realizada na conta "Deduções/Variações Negativas" dos investimentos não onerando o PGA como as despesas de controladoria de investimentos e outras relacionadas abaixo.

Seção IX

Despesas diretas dos investimentos

Art. 18. As despesas diretas dos investimentos contabilizadas como "Deduções/Variações

Negativas" dos investimentos, são as seguintes:

I - os serviços de custódia e controladoria das carteiras de investimentos;

II - as taxas de administração de investimentos na gestão terceirizada de recursos;

III - os tributos diretamente incidentes sobre investimentos;

IV - os serviços de avaliações e reavaliações de investimentos;

V - as taxas condominiais, seguros, custos de manutenção, demais taxas e impostos incidentes

sobre investimentos imobiliários de responsabilidade do locador (proprietário), para os imóveis não locados, exceto para os imóveis de uso próprio; e

VI - os gastos necessários diretamente relacionados com a recuperação de investimentos, tais

como honorários advocatícios terceirizados e consultorias especializadas na recuperação de perdas com investimentos.

- Detalhamento de Pessoal e Encargos:

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	ALOCÇÃO
CONSELHEIROS	R\$ 0,00	0,00%
DIRIGENTES	R\$ 374.680,80	14,01%
PESSOAL PRÓPRIO	R\$ 2.299.964,91	85,98%
ESTAGIÁRIOS	R\$ 397,58	0,01%
TOTAL	2.675.043,29	100,00%

Comentário: A despesa com pessoal e encargos mais representativa está alocada em pessoal próprio, seguido de Dirigentes. Não identificamos valores referentes à remuneração dos Conselheiros, pois não são remunerados.

Detalhamento Serviços de Terceiros/Tecnologia da Informação

Descrição	2021	Alocação
D4S Serviços em Tecnologia	2.497,50	0,38%
Dataenv	131.964,10	19,87%
Dimas Melo (Relógio Ponto)	950,40	0,14%
Lattine Consultoria	12.169,26	1,83%
LocaWeb	2.727,42	0,41%
NIC-BR	116,00	0,02%
Plug Locação Informática	1.170,00	0,18%
Sinqia/Senior Solutions (Investimentos)	176.923,30	26,64%
Serel Consultoria (contabilidade e tesouraria)	48.874,26	7,36%
Tron Informática (Fls. Pagto administrativo)	7.505,01	1,13%
Trust Solutions (Benefícios)	279.172,96	42,04%
TOTAL	664.070,21	100,00%

Detalhamento Serviços de Terceiros/Outros

Descrição	2021	Alocação
99 táxi	98,55	0,08%
AIG Seguro Brasil (D&O)	71.193,28	60,33%
Allianz Seguro (Sede Eletra)	1.232,77	1,04%
Aviso Urgente	1.188,24	1,01%
CDL	930,46	0,79%
Ferro, C Neves	88,67	0,08%
Franttik Brittanhn	25,00	0,02%
Liberdade Gráfica	6.100,00	5,17%
Logic Inovações Tdcnologica	3.594,12	3,05%
Med-Sest	40,00	0,03%
Oficina de Benefícios e Assessoria	8.911,50	7,55%
Proteção Segurança Eletrônica	1.775,00	1,50%
Rodrigo Pereira Leal	1.580,00	1,34%
Sidcom Telecomunicações	626,90	0,53%
Speed Boys	2.927,29	2,48%
Total Archive	16.659,82	14,12%
Wappa	772,69	0,65%
WR Extintores	265,00	0,22%
TOTAL	118.009,29	100,00%

- Indicadores do PGA:

Recursos destinados ao PGA em Relação aos Recursos Garantidores		2021
Custo administrativo em relação aos recursos garantidores		
Mede o percentual dos recursos destinados ao PGA em relação aos recursos garantidores (Artigo 6º da Resolução CGPC 29 - 31/08/2009)		
Recursos Garantidores		791.441.727
Recursos destinados ao PGA		2.687.656
	%	0,34
Taxa de administração efetiva		
Mede o percentual cobrado dos planos de benefícios para a cobertura das despesas administrativas		
Recursos Garantidores		791.441.727
Contribuição do investimento para o PGA		245.355
	%	0,03
Custo médio de administração por participantes		
Mede o valor da despesa administrativa em relação ao número de participantes e assistidos		
Despesa administrativa		4.495.289
Nº participantes		2.388
Semestre - R\$		1.882,45
Mensal - R\$		313,74

Índice de cobertura da despesa com pessoal		
Mede a despesa com pessoal em relação as despesas administrativas		
Despesa administrativa		4.495.289
Despesa administrativa com pessoal		2.718.398
	%	60,47
Índice da despesa com treinamento sobre as despesas administrativa		
Mede a participação das despesas com treinamento em relação as despesas administrativas		
Despesa administrativa		4.495.289
Despesa com treinamento		40.127
	%	0,89
Índice de perenidade do Fundo Administrativo		
Saldo Fundo Administrativo 2020		8.259.708
Reversão/Constituição Fundo Administrativo		-1.562.278
Duração do Fundo Administrativo (em meses)		63,44
Duração do Fundo Administrativo (em anos)		5,29

Análise e Avaliação dos Indicadores de Desempenho do PGA - Dezembro/2021

Recursos destinados ao PGA em Relação aos Recursos Garantidores	Realizado 2021	Orçado 2021
Custo administrativo em relação aos recursos garantidores		
Mede o percentual dos recursos destinados ao PGA em relação aos recursos garantidores (Artigo 6º da Resolução CGPC 29 - 31/08/2009)		
Recursos Garantidores	747.426.836	791.441.727
Recursos destinados ao PGA	2.808.430	2.687.656
	0,38	0,34
Custo médio de administração por participantes		
Mede o valor da despesa administrativa rem relação ao número de participantes e assistidos		
Despesa administrativa	4.524.229	4.495.289
Nº participantes	2.344	2.388
Semestre - R\$	1.930,13	1.882,45
Mensal - R\$	321,69	313,74
Índice de cobertura da despesa com pessoal		
Mede a despesa com pessoal em relação as despesas administrativas		
Despesa administrativa	4.524.229	4.495.289
Despesa administrativa com pessoal	2.672.521	2.718.398
	59,07	60,47
Índice da despesa com treinamento sobre as despesas administrativa		
Mede a participação das despesas com treinamento em relação as despesas administrativas		
Despesa administrativa	4.524.229	4.495.289
Despesa com treinamento	12.278	40.127
	0,27	0,89
Índice de relação participantes plano x empregados Eletra		
Nº participantes	2.344	2.388
Nº empregados Eletra	15	18
Relação entre participantes plano x empregados Eletra	156,27	132,67
Índice de perenidade do Fundo Administrativo		
Saldo Fundo Administrativo	7.110.554	8.259.708
Reversão/Constituição Fundo Administrativo	(1.381.735)	(1.562.278)
Duração do Fundo Administrativo (em meses)	61,75	63,44
Duração do Fundo Administrativo (em anos)	5,15	5,29

• **Comentários:**

- Foram apresentados os indicadores acima, entretanto, sem as metas para avaliação do Conselho Fiscal, assim como a variação permitida em relação a cada meta.
- Com a publicação da Resolução do CNPC nº 48, de 2021, a Entidade deverá elaborar indicadores mínimos (compulsórios) exigidos no seu artigo 9º, com vigência a partir de janeiro de 2022, no art. 11 da referida resolução estabelece que o Conselho Fiscal deverá acompanhar e monitorar os referidos indicadores.
- R1-Recomendação:** Informar se já foram elaborados os indicadores mínimos requeridos pela Resolução do CNPC nº 48, de 2021, em caso positivo, encaminhar a este Conselho para conhecimento.

Justificativa da Entidade: Destacando que a Resolução CNPC n. 48, de 08/12/2021, somente entrou em vigor a partir de 01/01/2022, a Eletra informa que o quadro "Indicadores do PGA acima, será atualizado e apresentado no relatório referente ao 1º semestre/22, observando as exigências contidas no art. 9º daquela norma.

4. LIMITE TETO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O PGA NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.

LIMITE TETO DE RECURSOS DESTINADOS AO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Descrição	Limites	dezembro/2021
Recursos Destinados (Fontes)		R\$ 2.811.555,78
Previdencial (Planos)		R\$ 2.811.555,78
Investimentos (Custeio)		R\$ -
InvestimentosTaxa Administrativa Empréstimos		R\$ -
Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT)		Valor
RGRT dos Planos Previdenciários em Dez/21		R\$ 747.429.936,00
Limite Anual sobre RGRT - Taxa Administrativa (A)	0,34%	R\$ 2.541.261,78
(-) Receitas Administrativas (B) (*)		R\$ -
Limite Anual Líquido: (A - B)		R\$ 2.541.261,78
Recursos Destinados x RGRT	0,38%	

(*) § 2º, Art. 10 da RES/CGPC 29/2009.

Critério conforme OF/PREVIC 1.868/2012.

Fontes: Balancetes dos Planos e PGA.

- Comentário:** Conforme limite estabelecido no orçamento anual de 0,34%, o limite da taxa de administração não foi atendido, atingindo 0,38% em 2021, porém dentro do limite legal de até 1% do RGRT, consoante ao art. 6º da Resolução do CGPC nº 29, de 2009. A Entidade está alocada no Grupo "2" do Estudo PREVIC das Despesas Administrativas de 2020, nesse Grupo o indicador foi de 0,46%. Portanto, em relação ao referido Estudo estaria aderente.

Gráfico 2: Taxa de administração equivalente por grupo



- **R2- Recomendação:** Justificar os motivos do não cumprimento do limite fixado em 0,34%.

5. EXIGÍVEL CONTIGENCIAL NO 2º SEMESTRE DE 2021 – EM 31/12/2021.

- **Comentário:** Identificamos saldos contábeis registrados em provisões de contingências, e de depósitos judiciais e recursais no Balancete do PGA no valor de R\$ 1.963.939,77, referentes ao PIS e CONFINS. Analisado pelo Conselho nas Notas Explicativas por ocasião do seu Parecer das Demonstrações Contábeis de 2021.

6. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO PGA.

O Capítulo do PGA foi elaborado conforme a seguinte Matriz:

ITENS DE ANÁLISES	REFERENCIAL NORMATIVO/GUIAS PREVIC
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS	
4)PGA	
4.1 - Evolução do Ativo Líquido e Fundo Administrativo	RES/CNPC 43/2021, INPREVIC 31/2020 e RES/CGPC 29/2009, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
4.2 - Fontes(Receitas) x Despesas Administrativas	RES/CNPC 43/2021, INPREVIC 31/2020 e RES/CGPC 29/2009, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
4.3 - Resultado do PGA (formação ou reversão de fundo administrativo)	RES/CNPC 43/2021, INPREVIC 31/2020 e RES/CGPC 29/2009, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
4.4 - Comparativo das Despesas Administrativas (plano de contas)	RES/CNPC 43/2021, INPREVIC 31/2020 e RES/CGPC 29/2009, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
4.5 - Verificação do limite de transferência de recursos dos planos para o PGA	art.6º da RES/CGPC 29/2009, Ofício 1.868/12-CGAC/DIACE/PREVIC
4.6- Análise e avaliação dos Indicadores de Desempenho do PGA	arts 4º e 12 da RES/CGPC 29/2009, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
4.7 - Registro das participações dos planos no fundo administrativo do PGA	INPREVIC 31/2020, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis
4.8 - Análise do Exigível Contingencial do PGA	RES/CNPC 43/2021, INPREVIC 31/2020 e RES/CGPC 29/2009, e Guia PREVIC de Melhores Práticas Contábeis

7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RESULTADOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) NO 2º SEMESTRE DE 2021.

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004 e art. 12 da Resolução do CGPC 29, de 31 de agosto de 2009, concluímos que no **2º semestre de 2021** em relação ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, os procedimentos adotados estavam em consonância com a Resolução do CNPC nº 43/2021, além da IN/PREVIC nº 31/2020. Excetuando os itens com recomendações.

Devem ser considerados os comentários e as recomendações apresentadas neste capítulo.

Conselho Fiscal da ELETRA

Presidente: Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior

Membro Titular: Antônio Jesus Galdiano Júnior

Membro Titular: Ednilson Alves da Silva

Membro Titular: Cássio Pereira Vieira

VI. TEMAS CORRELACIONADOS:

1. ATENDIMENTO AS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS DO 1º SEMESTRE DE 2021. (inciso III, do art. 19 da Resolução MPS/CGPC nº 13/2004).

Na análise final do Relatório de Controles Internos do 1º Semestre de 2021, a Diretoria apresentou ao Conselho Fiscal as justificativas sobre os pontos que ensejariam recomendações, e a análise desse Conselho Fiscal foi realizada.

2. CERTIFICAÇÕES DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS – RESOLUÇÃO DO CNPC Nº 39 DE 2021. POSIÇÃO EM 31/12/2021:

Dirigentes e demais participantes do processo decisório de Investimentos	Data da Posse	Certificação	Ênfase	Data da Certificação	Vencimento Certificação	% Legal	% Certificados
AETQ - ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO						100	100
Leonardo Dias Baptista Gomes	22/11/2020	CPA-20	Investimento	12/01/2018	12/01/2023		
DIREX - DIRETORIA EXECUTIVA						100	100
David Augusto de Abreu	06/12/2019	ICSS	Administração	22/03/2019	22/03/2022		
David Augusto de Abreu	06/12/2019	ICSS	Investimento	09/06/2020	09/06/2023		
Leonardo Dias Baptista Gomes	22/11/2020	CPA-20	Investimento	12/01/2018	12/01/2023		
Luiz Humberto Urzedo de Queiroz	15/03/2019	ICSS	Administração	16/12/2020	16/12/2023		
CD - Conselho Deliberativo (Titulares)						66,66	83,33
Leandro Oliveira Cordeiro	29/04/2019	ICSS	Administração	02/04/2020	02/04/2023		
Luís Carlos Salles Cota	29/04/2019	ICSS	Administração	02/07/2019	02/07/2022		
José Carlos Zoccoli	29/04/2019	ICSS	Administração	06/01/2020	06/01/2023		
João de Oliveira Júnior	29/04/2019	ICSS	Administração	21/10/2019	21/10/2022		
Gerson Elias Rosa da Silva	15/03/2021	-	-	-	-		
Eduardo José dos Santos	15/03/2017	ICSS	Administração	11/03/2019	11/03/2022		
CD - Conselho Deliberativo (Suplentes)						66,66	50
Anderson Luiz Tostes dos Santos	29/04/2019	ICSS	Administração	22/12/2020	22/12/2023		
Vacante	-	-	-	-	-		
Vacante	-	-	-	-	-		
Daniela Marília da Silva	29/04/2019	ICSS	Administração	10/12/2020	10/12/2023		
Vacante	-	-	-	-	-		
Daniel Augusto Ribeiro	15/03/2017	ICSS	Administração	11/06/2019	11/06/2022		
CF - Conselho Fiscal (Titulares)						75	50
Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior	29/04/2019	-	-	-	-		
Ednilson Alves da Silva	29/04/2019	ICSS	Administração	22/11/2019	22/11/2022		
Cássio Pereira Vieira	29/04/2019	CPA-20	Investimento	21/01/2020	21/01/2023		
Antônio Jesus Galdiano Júnior	15/03/2021	-	-	-	-		
CF - Conselho Fiscal (Suplentes)						75	50
Vacante	-	-	-	-	-		
Carlos Eduardo de Carvalho	29/04/2019	ICSS	Administração	14/11/2019	14/11/2022		
Vacante	-	-	-	-	-		
João Bosco de Oliveira Lima	15/03/2021	-	-	-	-		
CCI - Comitê Consultivo de Investimentos						100	75
Leonardo Dias Baptista Gomes	22/11/2020	CPA-20	Investimento	12/01/2018	12/01/2023		
David Augusto de Abreu	06/01/2020	ICSS	Investimento	09/06/2020	09/06/2023		
Víctor Hugo Feitosa de Sá Roriz	18/11/2020	CPA-20	Investimento	15/01/2020	15/01/2023		
Carlos Alberto Souza Ximenes	18/11/2020	-	-	-	-		

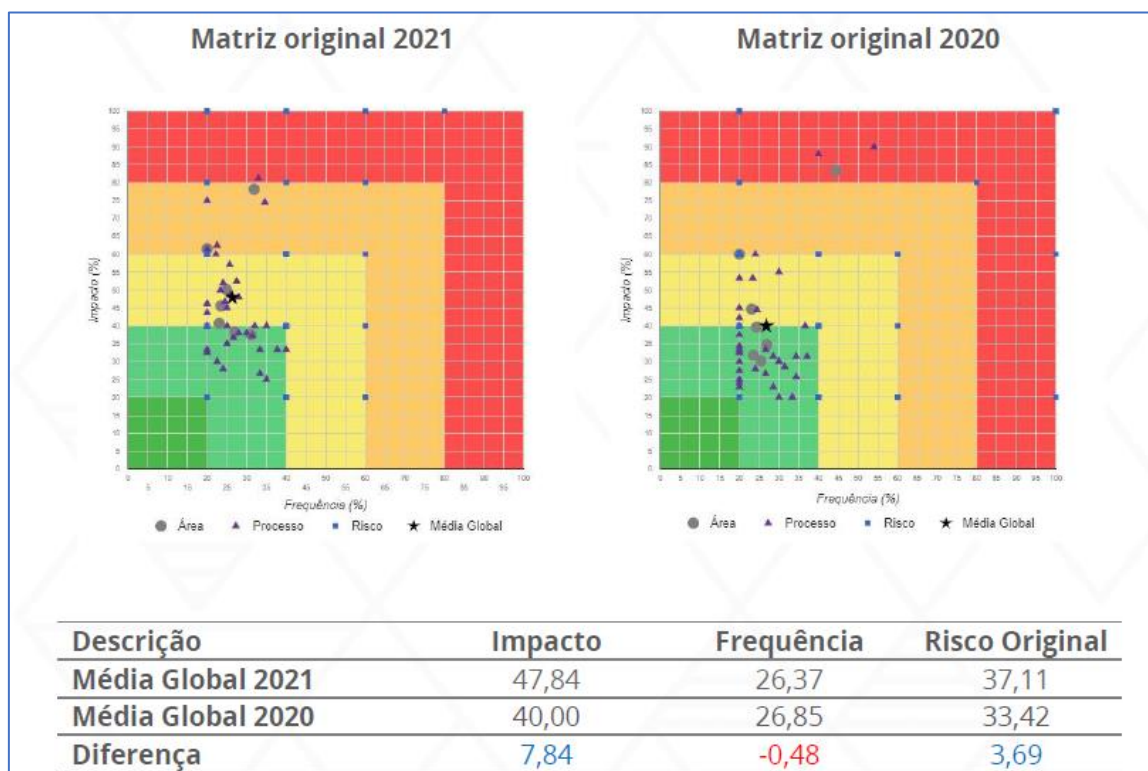
Dirigentes e demais participantes do processo decisório de Investimentos	Data da Posse	Habilitação	Data da Habilitação	Validade Habilitação	% Legal	% Habilitados
AETQ - ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TÉCNICAMENTE QUALIFICADO					100	100
Leonardo Dias Baptista Gomes	22/11/2020	2020.52-8	12/11/2020	12/01/2022		
DIREX - DIRETORIA EXECUTIVA					100	100
David Augusto de Abreu	06/12/2019	2019.65-8	06/01/2020	14/03/2022		
Leonardo Dias Baptista Gomes	22/11/2020	2020.52-8	12/11/2020	12/01/2022		
Luiz Humberto Urzedo de Queiroz	15/03/2019	2019.83	22/03/2019	14/03/2022		

- **Comentário:** Foram disponibilizadas as informações requeridas sobre os Dirigentes, Conselheiros e profissionais da ELETRA obrigados à certificação e habilitação, no que concerne ao controle interno de monitoramento de cumprimento dos Normativos do CNPC e PREVIC.

3. GESTÃO BASEADA EM RISCOS

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem realizar a Gestão Baseada em Risco, em linha do que propõe a Previc em sua Supervisão Baseada em Riscos. Além do exposto, com a publicação da Instrução PREVIC 015/2017, o foco da gestão baseada em riscos deve estar na execução e acompanhamento dos controles preventivos prudenciais, evitando os riscos operacionais e os demais riscos inerentes ao negócio.

Podemos observar que a Entidade, vem gerando anualmente Matrizes de Riscos, apresentando o seguinte cenário dos riscos resultantes e residuais:



Com relação a comparação da avaliação anterior, percebemos uma diferença muito discreta de 3,69 pontos acima do Risco Original de 2020, essa percepção é devido a mudanças significativas no impacto dos riscos avaliados em virtude da nova conjuntura e situações internas da entidade, que elevaram alguns riscos pontuados como baixo na avaliação anterior, como também a inclusão do novo risco de conformidade a lavagem de dinheiro que neste escopo de avaliação foi mensurado na média com impacto de 60% e frequência de 20%, resultando em um risco original de 40%.

A base de controles de 2021 foi atualizada e implementada com mais requisitos e controles do que na base de 2019/20, devido as atualizações de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados -LGPD e aos normativos de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo –PLD/FT, além de outros controles incluídos. Essa revisão dos requisitos acaba aumentando a base de perguntas de boas práticas avaliadas nesse ciclo, apesar disso a Eletra obteve um resultado muito similar com o ciclo anterior em relação a aderência da base de boas práticas, apresentando um aumento muito insignificante no déficit de 1,56% quando comparado aos valores do ciclo anterior.

A tabela a seguir demonstra o detalhamento de todos os riscos avaliados em 2021 e em 2020, onde **RO** significa risco original, **DC** - déficit de controle e **RR** - risco residual, assim podemos analisar a correlação entre as duas avaliações.

Descrição	Avaliação 2021			Avaliação 2020		
	RO	DC	RR	RO	DC	RR
Risco conformidade externa - PLD/FT	40,00	93,60	37,44	NOVO		
Risco conformidade legal	35,56	61,53	21,88	34,21	53,89	18,44
Risco contratual	34,00	76,55	26,03	32,00	44,79	14,33
Risco de baixa cobertura de renda futura	30,00	29,13	8,74	40,00	37,84	15,14
Risco de cadastro	55,00	26,61	14,64	55,00	18,60	10,23
Risco de conformidade legal LGPD	38,75	100,00	38,75	40,91	95,06	38,9
Risco de conformidade operacional	33,88	28,93	9,80	30,00	47,27	14,18
Risco de conjuntura	70,00	36,07	25,25	83,34	38,57	32,14
Risco de contencioso	38,00	82,68	31,42	45,00	50,99	22,95
Risco de crédito	60,00	12,29	7,37	80,00	0,00	0,00
Risco de dimensionamento de pessoal	40,00	58,70	23,48	30,00	62,50	18,75
Risco de divulgação de informações	31,67	57,90	18,34	24,44	20,55	5,02
Risco de documentação	32,94	53,52	17,63	26,67	51,56	13,75
Risco de eventos externos ou catástrofes	35,72	89,52	31,98	26,66	100,00	26,66
Risco de execução das diretrizes estratégicas	45,00	44,00	19,80	30,00	15,19	4,56
Risco de falha humana	32,73	22,83	7,47	29,06	47,96	13,94
Risco de fraude	39,23	49,78	19,53	38,34	39,09	14,99
Risco de governança	36,00	19,18	6,90	Não avaliado		
Risco de imagem associada a parceiros e colaboradores	38,00	29,93	11,37	40,00	25,13	10,05
Risco de indisponibilidade de pessoal especializado	40,83	41,95	17,13	30,00	48,68	14,60
Risco de liquidez	46,00	15,65	7,20	55,00	2,24	1,23
Risco de mercado	62,50	20,39	12,74	100,00	0,00	0,00
Risco de patrocinador	Contemplado no risco de governança			36,66	46,04	16,88

Descrição	Avaliação 2021			Avaliação 2020		
	RO	DC	RR	RO	DC	RR
Risco de parceiro	50,00	12,60	6,30	Não avaliado		
Risco de planejamento	46,67	57,60	26,88	35,00	22,55	7,89
Risco de processos	31,82	21,04	6,69	29,54	49,51	14,63
Risco de provisão	50,00	81,43	40,72	50,00	15,60	7,80
Risco de publicidade negativa	30,00	82,73	24,82	Não avaliado		
Risco de qualidade	44,00	23,64	10,40	40,00	22,19	8,88
Risco de segurança da informação	34,66	42,60	14,77	31,34	44,16	13,84
Risco técnico	60,00	12,67	7,60	60,00	0,00	0,00
Risco tecnológico	34,40	31,55	10,85	30,42	55,29	16,82
Média Global	37,11	46,67	17,32	33,42	45,11	15,08

Nos riscos mensurados, podemos observar que a maioria são de baixo impacto, porém com os seguintes destaques pela PFM Consultoria:

- Ao analisarmos os riscos por déficit de controle, observamos que o **Risco de conformidade legal LGPD** possui 100% de ausência de controle, apesar desse risco não possuir uma avaliação de risco original alto, ele será objeto de plano de ação nessa avaliação, para conformidade a nova Lei de proteção de dados. Em seguida temos o **Risco de conformidade externa -PLD/FT** que possui 93,60% de ausência de controle, apesar de também não ter um risco original alto, será objeto de plano de ação nessa avaliação também em conformidade a legislação vigente (IN34).
- Ainda serão levados em consideração na análise de planos de ação os riscos de eventos externos ou catástrofes, contencioso e risco de provisão, pois são os que apresentaram maiores exposições de riscos residuais.
- Além dos riscos acima destacados, a categoria de risco estratégico requer a análise segregada por sua relevância como um todo na Entidade. Assim como, as categorias de riscos financeiros e riscos atuariais, por estes estarem diretamente relacionadas ao objetivo principal da Entidade.

Riscos Estratégicos

Descrição	Avaliação 2021			Avaliação 2020		
	RO	DC	RR	RO	DC	RR
Risco de conjuntura	70,00	36,07	25,25	83,34	38,57	32,14
Risco de execução das diretrizes estratégicas	45,00	44,00	19,80	30,00	15,19	4,56
Risco de governança	36,00	19,18	6,90	Não avaliado		
Risco de planejamento	46,67	57,60	26,88	35,00	22,55	7,89

Os riscos estratégicos, são associados à tomada de decisão pela alta direção e podem trazer uma perda de alto valor econômico para a Entidade. Analisando os gráficos e a tabela acima, podemos observar que o risco de conjuntura é o maior risco original desta categoria, por ser relacionado aos aspectos políticos, econômicos e regulatórios do país.

No que se refere ao déficit de controle, de modo geral, podemos constatar que a Eletra apresenta baixo déficit de controle para o risco de governança. Porém há oportunidade de melhorias para os demais riscos dessa categoria.

Riscos Financeiros

Descrição	Avaliação 2021			Avaliação 2020		
	RO	DC	RR	RO	DC	RR
Risco de crédito	60,00	12,29	7,37	80,00	0,00	0,00
Risco de liquidez	46,00	15,65	7,20	55,00	2,24	1,23
Risco de mercado	62,50	20,39	12,74	100,00	0,00	0,00

Analizando os gráficos e a tabela acima podemos observar que o risco original dos riscos dessa categoria é normalmente alto devido suas características e influência com a conjuntura econômica e política do país, observamos uma redução nos valores de risco original em relação à 2020, que estávamos no auge da pandemia. No que se refere ao déficit de controle, de modo geral podemos constatar que a Eletra declarou boa aderência às boas práticas de controles, possuindo aproximadamente 80% dos controles avaliados nesse ciclo.

Estes riscos apresentam controles regulamentares obrigatórios e na maioria das vezes não possuem alto risco residual devido à alta aderência aos requisitos de controles e conformidade legal, porém, em virtude sua relevância nos processos em que se configuram nas EFPCs, merecem ser continuamente monitorados.

Riscos Atuariais/Previdenciais

Descrição	Avaliação 2021			Avaliação 2020		
	RO	DC	RR	RO	DC	RR
Risco de baixa cobertura de renda futura	30,00	29,13	8,74	40,00	37,84	15,14
Risco de cadastro	55,00	26,61	14,64	55,00	18,60	10,23
Risco de provisão	50,00	81,43	40,72	50,00	15,60	7,80
Risco técnico	60,00	12,67	7,60	60,00	0,00	0,00

Os riscos da categoria atuarial normalmente possuem um valor de risco original de médio a alto, o que indica que estes devem ser continuamente monitorados, na Eletra estes riscos não sofreram alterações significativas de risco original, conforme podemos observar nos dados dos gráficos e tabela acima.

Os riscos técnico e de provisão são riscos com controles regulamentares obrigatórios e na maioria das vezes não possui alto risco residual pela aderência aos requisitos de controles, porém observamos que o risco de provisão apresentou um aumento significativo em seu déficit de controle quando comparado ao ciclo anterior, porém analisamos as repostas do gestor responsável pelo controle de provisionamento atuarial e apesar da Eletra não ter uma instrução de como deve ser feito esse provisionamento, existem documentos como a Nota Técnica Atuarial e o Parecer a Atuarial que definem os parâmetros que devem ser adotados para a elaboração ou atualização dos cálculos das provisões técnicas, portanto concluímos que o controle atende aos requisitos de boas práticas.

CONCLUSÃO

Destacam-se no processo de avaliação conduzido durante 2021:

- ⇒ A participação da equipe da Entidade durante o processo de revisão das atividades e processos, identificação e avaliação de riscos e avaliação de controles se manteve no nível de alto comprometimento e disposição;
- ⇒ Aproximadamente 36% do déficit geral da Entidade estão concentrados em 3 controles, onde dois desses devem ser observados devido ao percentual de contribuição e ao alto déficit de controle, sendo eles: “Práticas para garantia de conformidade com a LGPD” e “Instruções escritas de comunicação”.
- ⇒ A Eletra apresenta 22% dos controles avaliados, implementados nesse ciclo de avaliação.
- ⇒ As demais sugestões de planos podem ser priorizadas em uma segunda fase de implementação de melhorias, caso não haja orçamento e infraestrutura suficientes na entidade para contemplar todas as melhorias sugeridas.

E, em termos comparativos com o mercado e de procedimentos para conformidade com a Resolução CGPC nº 13 e, entendendo-se a gestão de riscos como um processo de contínuas melhorias, os resultados aferidos atestam a disposição da Eletra em buscar e manter a mitigação dos riscos que afetam suas atividades. Futuras avaliações apresentarão o resultado frente aos novos controles avaliados neste escopo de 2021.

Destacamos que dispositivos de acompanhamento constantes produzirão consistência, melhora da qualidade e eficácia natural ao processo.

Todos os dados utilizados para a apuração dos resultados apresentados estão disponíveis no Sistema Unio, na base de dados da Entidade.

Além dos apontamentos dos riscos, foram apresentados pela Eletra pontos de otimizações de controles na mitigação dos riscos citados no 1º Ciclo de avaliação do risco da PFM:

- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, em linha ao que estabelece a Instrução Normativa Previc 34/2020;
- Instrução Normativa no. 001 sobre registro de operações e comunicações ao COAF;
- Controle de operações comunicadas ao COAF;
- Política de proteção de dados pessoais;
- Relatório analítico sobre o controle da LGPD e ações a serem providenciadas

Além do exposto, foi apresentado o controle das obrigações internas e legais:

- Legais: cumprimento sem atrasos
- Internas:

ÁREA	FINALIZADAS NO PRAZO	FINALIZADAS COM ATRASO	TOTAL
ADMINISTRATIVO	131	11	142
INVESTIMENTOS	49	1	50
CONTROLES INTERNOS	28	6	34
ASSESSORIA JURÍDICA	12	0	12
ATENDIMENTO E BENEFÍCIOS	8	0	8
TOTAL	228	18	246

Acerca do risco de governança foi colocado pela entidade e consultoria PFM que: *No ano de 2020 tínhamos o risco de patrocinador, portanto, o mesmo risco com nomenclatura diferenciada. Optamos por alterar em 2021 para o risco de governança pois contempla em sua descrição o risco de patrocinador e é mais abrangente. Todo início de avaliação fazemos uma etapa de revisão do dicionário, métricas e processos. Veja o item 2. ESCOPO E CONDUÇÃO DOS TRABALHOS do Relatório lá constam: Revisão do dicionário de riscos, segregado em categorias e tipos de riscos, com a inclusão do risco conformidade externa - PLD/FT e a exclusão do risco de patrocinador que por sua descrição já está contemplado no risco de governança.*

R1 - Recomendações:

- 1) Monitoramento e Matriz de Riscos:
 - Justificar a redução dos riscos atuariais considerando o agravamento dos déficits dos Planos e ainda incluir as avaliações dos riscos que impactem no risco atuarial: aderência das hipóteses, solvência, longevidade, processos operacionais, provisões matemáticas e Fundos Previdenciais, dentre outros;
 - **Justificativa da Entidade:** Conforme apontado pela PFM, na verdade não ocorreu redução, mas sim, o aumento no *déficit* de controle e, de consequência, do Risco Residual - RR, como pode ser observado no comparativo dos dois últimos ciclos de avaliação. Vale acrescentar que os riscos da categoria atuarial normalmente possuem um valor de risco original de médio a alto, o que indica que estes devem ser continuamente monitorados. Quando se analisa os valores de *déficit* de controle e risco residual dessa categoria em relação a avaliação de 2019, observa-se que houve um acréscimo na exposição do risco de provisão e técnico devido ao agravamento no *déficit* dos planos, por serem impactados, diretamente, pela aderência das hipóteses atuariais, solvência do plano e longevidade da massa previdenciária. No cenário da avaliação de 2021, ainda houve um agravante que foi a pandemia do covid-19, que impactou os processos

operacionais da entidade e as provisões matemáticas e fundos previdenciais, devido as flutuações de mercado, taxas de juros e demais índices econômicos que elevaram a exposição desses riscos. Segundo aquela Consultoria, neste ciclo de avaliação foi necessária uma revisão na base de controles, pois durante o período de 2020 e 2021 foram publicadas diversos normativos que necessitaram de adequação de controles. A PFM concluiu que, na comparação dos dois ciclos de avaliação da entidade, 2019 e 2021, a similaridade na distribuição de riscos e na aplicação dos controles, o que resultou em um *déficit* e risco residual muito próximo a avaliação de 2019, mesmo que o cenário não se apresentasse favorável.

- Justificar e esclarecer sobre a conclusão do Relatório da PFM que cita que 22% dos controles foram avaliados.
- **Justificativa da Entidade:** Com relação ao item acima, a PFM, em sua conclusão do relatório de riscos, assim se manifestou: *“apesar dos demais controles não terem sido gabaritados, isso não significa que os mesmos não existem, mas apenas que ainda tem pontos de melhoria a serem tratados”*.

4. MATRIZ DE COMPLIANCE DO RCI - CAPÍTULO TEMAS CORRELACIONADOS.

O Capítulo dos Temas Correlacionados foi elaborado conforme a seguinte Matriz:

ITENS DE ANÁLISES	REFERENCIAL NORMATIVO/GUIAS PREVIC
RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS	
5) TEMAS CORRELACIONADOS	
5.1 - Ações de controles internos e risco executadas no semestre	arts. 2º, 12 e 13 da RES/CGPC 13/2004 e INPREVIC nº 15/2017.
5.2 - Atendimento das recomendações de relatórios anteriores	item III do art. 19 da RES/CGPC 13/2004
5.3 - Cronograma de atendimento da recomendações do relatório atual	item II do art. 19 da RES/CGPC 13/2004
5.4 - Respostas RCI do semestre anterior	item III do art. 19 da RES/CGPC 13/2004
5.5 - Certificações e Habilitações pela PREVIC	Resolução CNPC 39, de 2021
5.6 - Relatórios de Fiscalizações e Auditorias	Guia PREVIC de Melhores Práticas "SBR" e Guia de Melhores Práticas Contábeis "Auditoria Independente", Resolução CNPC 44 de 2021.
5.7 - LGDP	Lei nº 13.709/2018

Em atendimento ao Parágrafo Único, item II, este Relatório e toda documentação suporte, deverão permanecer à disposição da PREVIC pelo prazo mínimo de 05 anos.

Goiânia, 30 de junho de 2022.

Conselho Fiscal da ELETRA

Presidente: Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior

Membro Titular: Antônio Jesus Galdiano Júnior

Membro Titular: Ednilson Alves da Silva

Membro Titular: Cássio Pereira Vieira

RCI 2º semestre 2022 versão final revisada - 30 06 22 pdf

Código do documento 43011176-32be-4ead-858e-863a8fe69e01



Assinaturas



Roosevelt dos Santos Cantanhede Junior
roosevelt.cantanhede@enel.com
Assinou

Roosevelt dos Santos Cantanhede Junior



Antônio Jesus Galdiano Júnior
antonio.jg@celgpar.com
Assinou

Antônio Jesus Galdiano Júnior



Cássio Pereira Vieira
cassio.pv@celgpar.com
Assinou

Cássio Pereira Vieira



Ednilson Alves da Silva
ednilson.celg@gmail.com
Assinou

Ednilson Alves da Silva

Eventos do documento

11 Jul 2022, 15:07:32

Documento 43011176-32be-4ead-858e-863a8fe69e01 **criado** por TEREZA CRISTINA CRUVINEL VIEIRA (4456aa00-0af7-4ccf-b0a2-00cccf25dd55). Email: terezacristina@eletra.org.br. - DATE_ATOM: 2022-07-11T15:07:32-03:00

11 Jul 2022, 15:08:40

Assinaturas **iniciadas** por TEREZA CRISTINA CRUVINEL VIEIRA (4456aa00-0af7-4ccf-b0a2-00cccf25dd55). Email: terezacristina@eletra.org.br. - DATE_ATOM: 2022-07-11T15:08:40-03:00

11 Jul 2022, 15:15:36

TEREZA CRISTINA CRUVINEL VIEIRA (4456aa00-0af7-4ccf-b0a2-00cccf25dd55). Email: terezacristina@eletra.org.br. **ALTEROU** o signatário **ednilson@celpar.com** para **ednilson.celg@gmail.com** - DATE_ATOM: 2022-07-11T15:15:36-03:00

11 Jul 2022, 15:17:27

EDNILSON ALVES DA SILVA **Assinou** - Email: ednilson.celg@gmail.com - IP: 45.191.204.7 (45.191.204.7 porta: 60354) - Documento de identificação informado: 004.266.611-25 - DATE_ATOM: 2022-07-11T15:17:27-03:00

11 Jul 2022, 15:19:31

ROOSEVELT DOS SANTOS CANTANHEDE JUNIOR **Assinou** (c472d98d-0f08-4def-91d4-ba834763177a) - Email:

roosevelt.cantanhede@enel.com - IP: 34.100.52.20 (20.52.100.34.bc.googleusercontent.com porta: 62540) -
Documento de identificação informado: 090.092.387-33 - DATE_ATOM: 2022-07-11T15:19:31-03:00

11 Jul 2022, 15:23:52

CÁSSIO PEREIRA VIEIRA **Assinou** - Email: cassio.pv@celgpar.com - IP: 45.191.204.7 (45.191.204.7 porta: 8944) -
Geolocalização: -16.6830628 -49.2537428 - Documento de identificação informado: 035.920.051-62 - DATE_ATOM:
2022-07-11T15:23:52-03:00

12 Jul 2022, 09:03:19

ANTÔNIO JESUS GALDIANO JÚNIOR **Assinou** - Email: antonio.jg@celgpar.com - IP: 45.65.221.179
(45-65-221-179.linqtelecom.com.br porta: 47592) - **Geolocalização:** -16.6805 -49.2561 - Documento de
identificação informado: 339.727.818-06 - DATE_ATOM: 2022-07-12T09:03:19-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c5345ed5fe2753ecf356256e053ac1be68f5a1d64d83ca88190ba3cafb83be4b

(SHA512):d0c0e842012ed47eb9745102f43035f4c4dd91af1061fb5260487043746aa9dd123dc00a27082f091903dbfa7a5eb38c3028a110d957150827dc018e8cc7683a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign